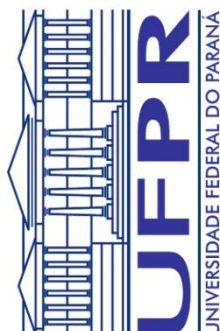


ANA PAULA PRESTES DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**CULTURA ESPORTIVA: UM POSSÍVEL LEGADO
DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO
2016?**



CURITIBA
2015

ANA PAULA PRESTES DE SOUZA

**CULTURA ESPORTIVA: UM POSSÍVEL LEGADO
DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO
2016?**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Educação Física do Programa
de Pós-Graduação em Educação Física,
do Setor de Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. DORALICE LANGE DE SOUZA

Souza, Ana Paula Prestes de.

Cultura esportiva: um possível legado dos jogos olímpicos e paralímpicos Rio 2016. / Ana Paula Prestes de Souza - Curitiba, 2015.

92f ; il. ; 29cm.

Inclui bibliografia

Orientador: Doralice Lange de Souza.

Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná.

1. Cultura esportiva. 2. Legados esportivos. 3. Jogos olímpicos - Rio 2016. 4. Jogos paralímpicos. I.Título.

796.48

S729

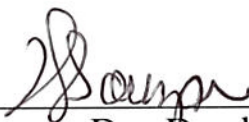
ADALIR DE FATIMA PEREIRA
BIBLIOTECÁRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA PRESTES DE SOUZA

“Cultura esportiva: um possível legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016?”

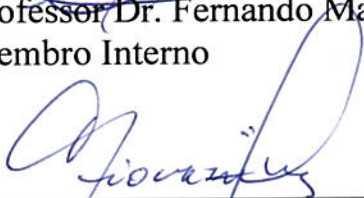
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



Professora Dra. Doralice Lange de Souza
Presidente/Orientadora



Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri
Membro Interno



Professor Dr. Giovanni de Lorenzi Pires
Membro Externo

Curitiba, 25 de Março de 2015.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dora, por ter acreditado em mim e ter me concedido diferentes oportunidades, pelo tempo disponibilizado à minha pesquisa, pela paciência e compreensão em diversos momentos, e pelo apoio constante à minha carreira.

À minha família, por serem meus exemplos e por sempre me incentivarem. Em especial, aos meus pais, Aurélia e Haroldo, por todo o suporte, carinho, e compreensão, principalmente nos momentos de estresse e irritação (que não foram poucos!). Ao meu irmão Fernando e à minha cunhada Priscila, por todo o apoio, incentivo, troca de experiências e conhecimentos, por sempre ouvirem meus desabafos, conquistas, reclamações e por ajudarem a resolver tudo da melhor forma. À minha irmã, Débora, por todo o incentivo e apoio. A presença de vocês é muito importante na minha vida!

Ao meu namorado, Bruno, por todo o carinho, apoio e muita paciência durante todo esse tempo.

Aos meus colegas do grupo de estudos, Su, Tati, Silvan, Bia e Sabrina, pela amizade, pelas contribuições ao trabalho e pelo apoio e incentivo durante todo o trajeto. Em especial, à Su, pela amizade, companheirismo, incentivo e por estar sempre disposta a ajudar!

Aos meus colegas da pós-graduação, por compartilharem momentos de estudo, reflexão, aprendizagem e também algumas dúvidas e incertezas. Em especial, à Gi, pela amizade, apoio e pelas longas conversas.

Aos professores da banca, Giovani e Mezzadri, por terem aceitado o convite de participar tanto da qualificação quanto da banca final e por estarem presentes em ambas as ocasiões, pelo tempo dedicado à leitura do texto e às respostas aos e-mails e pelas contribuições feitas ao trabalho.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, Dora, Wanderley, Cavicca, Capraro, Mezzadri e Simone, por estimularem a reflexão crítica e por contribuírem para eu me tornar uma pessoa melhor e uma profissional mais preparada.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, Rodrigo, por ser sempre muito atencioso e prestativo.

À CAPES, por ter me dado suporte financeiro para realizar a pesquisa.

À Fundação Araucária, pelo apoio financeiro à pesquisa sobre “legados esportivos”, o qual possibilitou a realização de viagens para coleta dos dados e divulgação dos resultados.

Aos professores que me concederam as entrevistas, pela atenção e pelo tempo disponibilizado para a realização das mesmas e para a leitura de trechos do trabalho. Sem vocês não teria sido possível a concretização desta pesquisa. Obrigada!

Enfim, agradeço à todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação e para a realização deste trabalho!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo explorar a visão de pesquisadores de diferentes áreas das Ciências do Esporte em relação às possíveis contribuições da realização dos Jogos Rio 2016 para o desenvolvimento de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país, e às possíveis barreiras e sugestões para a construção dessa cultura. A pesquisa foi qualitativa, de cunho exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 16 pesquisadores de diferentes áreas das ciências do esporte (atividade física e saúde; comunicação e mídia; corpo e cultura; epistemologia; escola; lazer e sociedade; políticas públicas; treinamento esportivo). A análise dos dados foi baseada na teoria fundamentada, tendo como base os principais temas que emergiram da fala dos entrevistados. Apesar de não serem otimistas em relação à construção de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade em decorrência da realização dos Jogos no país, os entrevistados acreditam que este legado pode ser potencializado pela mídia, escola e Estado. A mídia pode contribuir para uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno esportivo e de suas diferentes modalidades, bem como para a promoção do interesse da população pelo engajamento em práticas esportivas. No entanto, a ênfase em algumas modalidades, a transmissão superficial e fragmentada acerca do esporte, bem como a falta de formação dos jornalistas esportivos interferem no desenvolvimento de uma cultura esportiva mais qualificada. Faz-se necessário uma melhor formação de jornalistas esportivos, maior cobrança por parte de instituições esportivas e do Estado para a transmissão de conteúdos esportivos educativos e que transcendam a lógica de mercadorização e espetacularização do esporte. A escola poderia contribuir para com a formação de cidadãos conhecedores e críticos do fenômeno esportivo, de forma que eles possam se utilizar do esporte nos seus momentos de lazer, tanto como espectadores/consumidores críticos e autônomos quanto como praticantes. Alguns fatores podem dificultar a consecução dessa meta, tais como a retomada do esporte como conteúdo hegemônico da Educação Física; a adoção de princípios do esporte de alto rendimento no âmbito escolar; e a percepção do espaço escolar como base da “pirâmide esportiva”. Para se otimizar um legado para a escola é necessário que a mesma propicie aos alunos um conhecimento prático e teórico de diversas modalidades esportivas, e que ela se utilize dos discursos midiáticos para criticar, debater e ressignificar o esporte. Para que o impacto dos Jogos tenha efeito duradouro no engajamento da população com a prática esportiva é preciso que o Estado promova políticas públicas efetivas que ofertem condições concretas de acesso à prática, tais como infraestrutura, equipamentos e materiais públicos para a prática esportiva, bem como profissionais para orientar as mesmas. Mais pesquisas são necessárias a fim de investigar diferentes ações em prol da construção de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país frente à preparação e realização de megaeventos esportivos. Ressaltamos, no entanto, que a construção desta cultura deve ser um objetivo a ser almejado e desenvolvido com participação da sociedade civil organizada no cotidiano da nação, e não apenas em tempos de realização destes megaeventos.

Palavras-chave: Cultura esportiva; Legados esportivos; Jogos Olímpicos e Paralímpicos; Rio 2016.

ABSTRACT

The goal of this study was to explore the vision of researchers from different areas of Sports Sciences in relation to possible contributions of the Rio 2016 Games for the development of a wider and more qualified sporting culture in the country. It also aimed to raise possible barriers and suggestions to build this culture. The research was qualitative and exploratory. The data were collected through semi-structured interviews with 16 researchers from different areas of sports sciences (physical activity and health, communication and media, body and culture, epistemology, school, leisure and society; public policy; sports training). The data analysis was based on grounded theory, and focused on the main themes that emerged in the participants' speeches. Despite a pessimist expectation in relationship to the construction of a wider and more qualified sporting culture, the researchers believe that this legacy could be fostered by the media, the school and the State if these agents were proactive in this sense. The media could contribute to a broader and deeper understanding of the sport phenomenon and of its different modalities. It could also promote people's interests in engaging in sports activities. However, its emphasis on only a few modalities, its superficial and fragmented transmission on subjects related to sport, and the lack of training of sport journalists, interfere in the realization of a more qualified sports culture. For the effective contribution of the media, it would be necessary a better training of sport journalists as well as a greater demand by sports institutions and by the State so that the media fostered educational content related to sports, a content that went beyond the commodification and spectacularization approach of this social practice. The school could also contribute to the formation of citizens more knowledgeable and critical of the sport phenomenon, so that they could use sport in their leisure time, both as critical spectators/consumers and autonomous practitioners. Some factors could hinder the achievement of this goal, such as the use of sport as a hegemonic content of Physical Education; the adoption of principles of high performance sport in schools; and the perception of the school as the basis of "sports pyramid". To optimize a school legacy, it would be necessary that it fostered practical and theoretical knowledge of various sport modalities, as well as explored the media discourse to criticize, to debate and to reframe sport. If the Rio 2016 Games are to have a lasting effect on the engagement of the population with sports practice, it would be necessary that the State promoted effective public policies that offered concrete access conditions to sports practices, such as infrastructure, public equipment and materials for sports, as well as professionals to guide people in their sport activities. More research is needed to investigate different actions for the construction of a wider and more qualified sporting culture in the country in the context of the preparation and development of sporting mega-events. We emphasize, however, that the construction of this culture should be a goal to be achieved with participation of organized civil society in the nation's daily life, and not only in times of mega-events.

Key-words: Sports culture; Sporting legacy; Olympic and Paralympic Games; Rio 2016.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 - Aprovação do projeto no Comitê de Ética

Anexo 02 - Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

LISTA DE SIGLAS

CBCE	- Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
COB	- Comitê Olímpico Brasileiro
COI	- Comitê Olímpico Internacional
CPB	- Comitê Paralímpico Brasileiro
FIFA	- Federação Internacional de Futebol
GTT	- Grupo de Trabalho Temático
IOC	- International Olympic Committee
ME	- Ministério do Esporte
MEC	- Ministério da Educação
ONG	- Organização Não-Governamental
PELC	- Programa Esporte e Lazer da Cidade
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PST	- Programa Segundo Tempo
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
SNEAR	- Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNELIS	- Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
UCPEL	- Universidade Católica de Pelotas
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UERJ	- Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL	- Universidade Federal de Pelotas
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UGF	- Universidade Gama Filho
UNB	- Universidade Federal de Brasília
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	16
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	19
2.3 TERMOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	27
3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS RIO 2016 PARA A AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA CULTURA ESPORTIVA E O PAPEL DE DIFERENTES INSTÂNCIAS NA SUA PRODUÇÃO	32
3.1 A MÍDIA E A CULTURA ESPORTIVA.....	33
3.2 A ESCOLA E A CULTURA ESPORTIVA.....	43
3.3 O ESTADO E A CULTURA ESPORTIVA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO

O campo esportivo brasileiro tem sido destaque na última década devido ao fato de o país ser sede de alguns dos principais eventos esportivos do mundo – os Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares 2011, a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (JO-PO Rio 2016 ou Jogos Rio 2016). Tendo em vista o grande investimento público que se faz nestes eventos, existe uma preocupação por parte de diferentes agentes com os legados que os mesmos poderão trazer para a população nos mais diversos âmbitos (infraestrutura, econômico, social, entre outros). A partir disso, o presente trabalho buscará trazer algumas reflexões acerca de um possível legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 para o âmbito esportivo, mais especificamente, um legado referente à cultura esportiva do brasileiro.

Este evento se caracteriza, dentre outros fatores, por sua grandiosidade em termos de participantes (atletas e espectadores) (MALFAS; THEODORAKI; HOULIHAN, 2004), por sua curta duração (MACHADO; RUBIO, 2013; TAVARES, 2011), pelo envolvimento de diferentes setores da sociedade em sua organização (esportivo, político, econômico, midiático, etc.) (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010), bem como pelo grande investimento de recursos públicos. Os altos investimentos públicos nesse tipo de evento acabam sendo justificados “pela capacidade de [os eventos] funcionarem como um elemento catalisador de diversas mudanças necessárias em termos sociais e ambientais, o que sinteticamente significa produção de legados” (VILLANO; TERRA, 2008, p. 104).

Outra característica dos megaeventos esportivos, portanto, são os impactos e/ou legados deixados para a cidade e/ou país sede (MACHADO; RUBIO, 2013; MALFAS; THEODORAKI; HOULIHAN, 2004; TAVARES, 2011). De modo geral, legado se refere à “tudo aquilo que é planejado ou não, positivo e negativo, tangível e intangível que foi ou será criado através de um evento esportivo e que permanecerá após o evento” (PREUSS, 2006, p. 3, tradução nossa). Os legados podem ser classificados a partir de diferentes categorias. Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004), por exemplo, classificam os legados em

socioculturais, socioeconômicos, políticos e físicos. Mas também pode haver outras categorias, tais como legados ambientais, urbanos e esportivos.

O debate acerca dos possíveis legados dos megaeventos esportivos tem sido frequente em diversos âmbitos da sociedade brasileira (acadêmico, político, midiático, sociedade civil). Entretanto, podemos observar que alguns deles tendem a reproduzir discursos que não raramente beiram o senso comum. Nos discursos, se faz presente argumentos de que os megaeventos esportivos podem trazer diversos benefícios, tais como desenvolvimento urbano e econômico, geração de empregos, promoção de uma imagem positiva da cidade e/ou país sede e incentivo à prática esportiva nos mesmos.

Ao falar de legados de megaeventos a tendência é abordar apenas seus benefícios e seus aspectos positivos (MARCELLINO, 2013). Diante disso, destacamos a necessidade de estarmos atentos e questionar quem de fato irá se beneficiar com os legados, bem como identificar quais são os fatores que contribuem e que dificultam a construção de legados positivos em decorrência da realização de megaeventos esportivos.

Dentre os grandes eventos que o Brasil sediou e/ou sediará e as possibilidades de legado em diferentes áreas optamos por investigar especificamente um dos possíveis legados esportivos – a cultura esportiva – em decorrência dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Denominamos de “cultura esportiva” o conjunto de práticas esportivas bem como os conhecimentos acumulados pelos indivíduos acerca destas práticas em seus diferentes aspectos. Considerando que o nosso método de pesquisa se baseia na teoria fundamentada nos dados, discutiremos este conceito com maior profundidade mais adiante, quando discorrermos sobre os principais temas que emergiram da fala dos entrevistados.

A escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos se deu por duas razões principais: primeira, porque estes envolvem diversas modalidades esportivas, ao todo serão 39 modalidades olímpicas e 22 paralímpicas, sendo disputadas por mais de 200 países (BRASIL, 2015e), ao passo que a Copa do Mundo abrange apenas o futebol; e, segunda, porque o Comitê Olímpico Internacional (COI), entidade responsável pelos JO-PO, possui como uma de suas exigências a construção de legados para a cidade e/ou país sede, já a

Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidade responsável pela Copa do Mundo, não possui essa exigência.

A produção científica brasileira sobre legados tem crescido nos últimos 10 anos devido ao fato de o país ser sede de grandes eventos esportivos, tendo o seu início com a realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos Rio 2007. No entanto, as pesquisas têm focado em legados econômicos, políticos e físicos (infraestrutura urbana), ao passo que a produção acerca dos legados esportivos ainda são pontuais. Ressaltamos ainda que a produção internacional sobre legados conta com um maior número de trabalhos, mas ainda são poucos os que tratam especificamente de legados esportivos (SOUZA; PAPPOUS, 2013).

Embora a produção científica sobre legados esportivos seja incipiente, reconhecemos que diversos pesquisadores têm se dedicado a estudar e a debater essa temática. Acreditamos, portanto, que essa é uma oportunidade de dar voz a esse segmento e de buscar qualificar as discussões acerca do tema. Além disso, concordamos com Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2011, p. 234) ao afirmarem que o âmbito acadêmico pode contribuir para um debate mais rigoroso, “refinado, pautado na reflexão e no conhecimento já produzido”. Abordaremos a temática proposta a partir da visão de 16 pesquisadores de diferentes áreas das Ciências do Esporte, os quais foram entrevistados durante dois eventos científicos que tinham como temática principal “megaeventos esportivos”. Optamos por trabalhar com a perspectiva destes agentes por acreditarmos que eles, por estarem envolvidos com o estudo do esporte e, alguns deles, com estudos sobre megaeventos esportivos, poderiam apresentar subsídios visando a contribuir de forma mais significativa para o planejamento e a construção de legados esportivos.

Por fim, considerando que em uma década o país estará sediando grandes eventos esportivos, e que o âmbito esportivo estará permeando discussões em diferentes âmbitos e mobilizando agentes de diversos setores, acreditamos que a nossa pesquisa poderá ainda gerar subsídios para a construção e desenvolvimento de políticas públicas de esporte no país, bem como para a construção de legados esportivos positivos no país em decorrência da realização de grandes eventos esportivos.

Considerando os argumentos acima, a nossa pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, buscou explorar diferentes perspectivas de legado esportivo a partir da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Mais especificamente, **tivemos como objetivo explorar a visão de pesquisadores de diferentes áreas das Ciências do Esporte em relação às possíveis contribuições da realização dos Jogos Rio 2016 para o desenvolvimento de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país, e às possíveis barreiras e sugestões para a construção dessa cultura.**

O presente trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, intitulado “Contextualização da pesquisa”, apresentaremos os caminhos metodológicos de coleta, análise e apresentação dos dados; o perfil dos entrevistados; e o significado de alguns termos utilizados durante o texto. O segundo capítulo “Possíveis contribuições dos Jogos Rio 2016 para a ampliação e qualificação da cultura esportiva e o papel de diferentes instâncias na sua produção” está dividido em três seções: na primeira, intitulada “A mídia e a cultura esportiva”, discutiremos as possíveis contribuições, barreiras e sugestões da mídia na construção e transmissão de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade; na segunda, com o título “A escola e a cultura esportiva”, trataremos de aspectos acerca da contribuição da escola neste sentido; na terceira, e última seção, intitulada “O Estado e a cultura esportiva”, discutiremos o papel do poder público no engajamento da população com a prática esportiva e na promoção de um maior entendimento da mesma sobre o esporte e o fenômeno esportivo.

Cabe destacar que a organização do texto não segue uma ordem de relevância, partindo dos temas que foram mais citados pelos entrevistados, mas busca seguir uma organização mais didática para o leitor. Se considerada a ordem das temáticas que mais apareceram na fala dos autores, a primeira se refere ao papel da escola, em segundo, da mídia, e em terceiro do poder público no fomento da cultura esportiva no país. Além disso, a separação do capítulo em três instituições produtoras da cultura esportiva também foi feita visando uma apresentação mais didática, tendo em vista que raramente elas podem ser entendidas separadamente, pois estão intimamente relacionadas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa faz parte de um projeto maior intitulado “Legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil”, coordenado pela professora Dra. Doralice Lange de Souza. O mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa do Setor de Saúde da Universidade Federal do Paraná (Registro CEP/SD 1148.073.11.06 - CAAE 0074.0.091.000-11) (Anexo 01) e contou com o auxílio financeiro da Fundação Araucária.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de cunho exploratório. Esse tipo de pesquisa normalmente é utilizado quando o tema de pesquisa é pouco explorado e quando se deseja ter uma visão geral acerca de determinado fenômeno (GIL, 1999).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (PATTON, 1990). Optamos por esse tipo de entrevista pelo fato de ela permitir ao entrevistador flexibilidade para elaborar perguntas além daquelas presentes no roteiro com o intuito de esclarecer questões e aprofundar os temas abordados pelos entrevistados. Dessa forma, não precisamos nos limitar ao roteiro de entrevista, sendo necessário, no entanto, contemplar todas as questões presentes no mesmo.

O roteiro da entrevista foi composto por três questões principais:

1. Quais as suas expectativas em relação aos legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016?
2. Quais as principais barreiras para a efetivação de legados esportivos positivos para o país?
3. Em sua opinião, o que o Brasil deve fazer para promover legados esportivos positivos e minimizar barreiras que podem interferir com a construção destes legados?

A coleta dos dados foi realizada por três pesquisadoras¹ vinculadas ao projeto maior supracitado. As entrevistas foram realizadas em dois eventos que tiveram os megaeventos esportivos como temática central: (1) IX Jornadas

¹ A coordenadora do projeto, professora Dra. Doralice Lange de Souza, por Suélen Barboza Eiras de Castro, e por mim, autora da presente dissertação, Ana Paula Prestes de Souza. Todas são treinadas para este tipo de procedimento de coleta de dados.

Bolivarianas, realizada do dia 9 a 12 de abril de 2013, em Florianópolis/SC. Este evento teve como título “Megaeventos esportivos - impactos, consequências e legados para o continente latino-americano”; (2) XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado entre os dias 2 e 7 de agosto de 2013, em Brasília/DF. O Conbrace foi intitulado “Identidade da Educação Física e Ciências do Esporte em tempos de megaeventos”.

Realizamos ao todo 16 entrevistas. Uma delas foi realizada no primeiro evento citado, no dia 11 de abril de 2013, e as demais foram realizadas no Conbrace, entre os dias 3 e 7 de agosto de 2013.

Utilizamos o critério de variação máxima (PATTON, 1990) para a seleção de nossos participantes. Ou seja, buscamos entrevistar pesquisadores de áreas distintas das Ciências do Esporte, visando explorar diferentes perspectivas sobre o assunto. Devido à natureza exploratória de nosso estudo, selecionamos pesquisadores de diferentes áreas que melhor poderiam responder ao nosso problema de pesquisa e que aceitaram participar do estudo. Entrevistamos assim pesquisadores que circulam pelos seguintes grupos de trabalho temático (GTTs), do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE): Atividade Física e Saúde; Comunicação e Mídia; Corpo e Cultura; Epistemologia; Escola; Lazer e Sociedade; Memórias da Educação Física e Esporte; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; e, Treinamento Esportivo. Ressaltamos que devido ao recorte qualitativo e exploratório da pesquisa e restrições de tempo não nos foi possível entrevistar pesquisadores de todos os GTTs. Embora um dos pesquisadores não tenha sido entrevistado durante Conbrace, o mesmo é membro do CBCE e participa dos debates de um dos seus GTTs.

Todos os pesquisadores entrevistados possuem grande representação nos GTTs ao qual são vinculados, alguns ocupam e/ou já ocuparam a função de coordenador, coordenador adjunto, ou são membros da comissão científica. Eles são referência na área de pesquisa em que atuam, e alguns deles estão envolvidos também com o estudo dos megaeventos esportivos.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas² na íntegra para garantir a análise dos dados. A média de duração das entrevistas foi de 30 minutos, sendo que o tempo de cada uma delas variou conforme a disponibilidade de tempo dos entrevistados.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 02). Inicialmente iríamos manter a anonimidade dos mesmos. No entanto, durante a realização das entrevistas, alguns participantes se mostraram interessados em revelar seus nomes verdadeiros. A partir disso, entramos em contato com os outros pesquisadores entrevistados, via e-mail, indagando se autorizariam também a divulgação de seus nomes verdadeiros. Alguns, no entanto, preferiram manter o anonimato. Buscando garantir a preferência de cada um dos participantes do estudo, **revelaremos a seguir o nome real de 11 pesquisadores e utilizaremos nomes fictícios masculinos entre aspas para os outros cinco entrevistados que optaram por não revelar os seus nomes, a fim de assegurar a sua anonimidade.** Cabe ressaltar ainda que ao fazer a solicitação de divulgação do nome real dos pesquisadores, nos propusemos a enviar o trabalho com todas as falas que seriam utilizadas no trabalho para que os mesmos pudessem avaliar a possibilidade de divulgação e eventualmente fazer correções nas transcrições. Apenas alguns deles se prontificaram a ler suas passagens no trabalho e nos enviaram algumas edições em suas falas.

A análise dos dados foi baseada na teoria fundamentada. De acordo com esse referencial, o pesquisador não deve utilizar uma teoria *a priori*, pelo contrário, ele deve permitir que a teoria surja a partir dos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008). Uma das vantagens de se adotar esta forma de análise é que ela pode revelar novas e diferentes possibilidades de se pensar a realidade e de se dar conta de problemas de pesquisa inéditos e/ou pouco explorados, como o que nos propusemos a estudar.

Os dados foram organizados a partir dos principais temas que emergiram da fala dos entrevistados. Enquanto parte de um projeto maior que buscou levantar os possíveis legados esportivos dos Jogos Rio 2016, em um primeiro momento, analisamos individualmente as entrevistas e retiramos as

² A transcrição das entrevistas contou com o auxílio dos alunos Guilherme Luiz Pedroso, Jéssica Janaina e Mariane Machaki.

principais temáticas que surgiram de cada uma delas. Dentre as diferentes possibilidades de legado, destacou-se a questão da cultura esportiva e o papel de três instâncias produtoras da mesma: a mídia, a escola e o Estado. A partir disso, delimitamos o objetivo do presente trabalho: explorar, a partir da visão dos entrevistados, as possíveis contribuições dos Jogos Rio 2016 para a ampliação e qualificação da cultura esportiva no país e o papel das três instituições de promoção de cultura citadas pelos pesquisadores.

Ressaltamos que o fato de os pesquisadores entrevistados serem de diferentes áreas de conhecimento das Ciências do Esporte, eles acabaram por priorizar, durante a entrevista, temáticas relacionadas às suas áreas. Portanto, na apresentação dos dados, poderemos observar que as discussões de algumas temáticas específicas foram feitas por determinados entrevistados, que são justamente os que se aproximam do estudo da temática referida.

2.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Faremos a seguir uma breve apresentação de cada um dos nossos entrevistados que autorizaram a sua identificação, abordando aspectos da sua formação (titulações, anos de conclusão, instituições e áreas) e atuação (instituições e áreas), bem como as temáticas principais de pesquisa. A apresentação dos entrevistados foi realizada com base nas informações presentes no Currículo Lattes dos mesmos e no site do CBCE, bem como nas informações fornecidas pelos próprios pesquisadores durante as entrevistas. A apresentação dos pesquisadores será organizada de acordo com o GTT ao qual os mesmos têm circulado. Ressaltamos que não apresentaremos o perfil completo dos pesquisadores que optaram por não ser identificados, com o intuito de garantir o anonimato dos mesmos, informaremos apenas o GTT ao qual pertencem.

GTT Atividade Física e Saúde

De acordo com o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2015), este GTT congrega

Estudos de diferentes possibilidades de análises e intervenções em saúde – considerada como objeto não particular de um campo de conhecimento – e que, portanto, assumem a compreensão do fenômeno a ela relacionado por meio de diferentes saberes (da saúde coletiva, fisiologia, sociologia, filosofia, entre outros).

Entrevistamos dois pesquisadores vinculados a este grupo: o professor doutor Pedro Rodrigues Curi Hallal e um pesquisador que preferiu não ser identificado. O professor Dr. Pedro Hallal possui graduação em Educação Física (2000) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mestrado (2002) e doutorado (2005) em Epidemiologia pela mesma Universidade, e pós-doutorado (2010) pelo Instituto de Saúde da Criança da Universidade de Londres. Atua como docente associado no curso de graduação em Educação Física e nos programas de pós-graduação em Educação Física e Epidemiologia da UFPEL. É um dos sócios fundadores e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde e sócio fundador do Grupo de Estudos em Epidemiologia da Atividade Física. É bolsista de produtividade do CNPq (HALLAL, 2014). É um dos colaboradores do GTT Atividade Física e Saúde do CBCE (CBCE, 2015). Segundo o pesquisador, sua área de pesquisa é a Atividade Física e Saúde, esta que é dividida em cinco eixos: prevalência e tendência da prática de atividade física; causas ou determinantes da prática de atividade física; consequências da atividade física para a saúde; intervenções de promoção da atividade física e; aspectos políticos (HALLAL, 2013).

GTT Comunicação e Mídia

Este GTT reúne

Estudos relacionados à comunicação, mídia e documentação, notadamente os meios (jornal, revista, Tv, rádio, internet e cinema) no âmbito das Ciências do Esporte/Educação Física. Análise crítica e interpretação dos processos de produção, difusão e recepção das informações, das mídias e tecnologias comunicacionais e suas implicações políticas, econômicas, culturais e pedagógicas. (CBCE, 2015)

Dois pesquisadores vinculados a este GTT foram entrevistados: os professores doutores Giovani de Lorenzi Pires e José Carlos Marques.

O professor Dr. Giovani Pires possui graduação em Educação Física (1978) e mestrado em Ciência do Movimento Humano (1990), ambos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É doutor em Educação Física/Ciências do Esporte (2001) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor associado do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente e orientador credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC. É coordenador do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (LaboMídia), na UFSC, e membro do Comitê Científico do GTT Comunicação e Mídia, do CBCE (CBCE, 2015). O pesquisador atua e desenvolve pesquisas nas áreas de mídia e Educação Física, esporte e lazer, e escola e formação de professores de Educação Física (PIRES, 2014).

O professor José Carlos Marques possui formação em Comunicação – área em que atua profissionalmente. Ele é graduado em Letras (Português-Francês) (1989) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Comunicação e Semiótica (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e doutor em Ciências da Comunicação (2003) pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Atualmente é docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Bauru) e integra o Departamento de Ciências Humanas da mesma instituição. Durante dois mandatos (2008-2011 e 2011-2014) foi o Diretor Administrativo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). É líder do Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (GECEF), integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS), e coordenador adjunto do GTT Comunicação e Mídia do CBCE (CBCE, 2015). Possui produções científicas sobre as relações entre a comunicação e o esporte (MARQUES, 2014).

GTT Corpo e Cultura

Este GTT congrega

Estudos que visam destacar o corpo, a corporalidade/corporeidade, as práticas corporais com redes de culturas (tradicionalis e/ou

contemporâneas) enfatizando discussões teórico-metodológicas que dissertem acerca de questões que enfoquem a indissociabilidade corpo/cultura a partir de diversas possibilidades nos campos das ciências humanas, sociais e das artes. (CBCE, 2015)

GTT Epistemologia

De acordo com o CBCE (2015), este grupo reúne

Estudos dos pressupostos teórico-filosóficos, presentes nos diferentes projetos de delimitação da Educação Física, voltados para o fomento da atividade epistemológica como interrogação constante dos saberes constituídos neste campo do conhecimento.

Entrevistamos um pesquisador vinculado a estes dois GTTs – Corpo e Cultura e Epistemologia – e que optou por não ser identificado.

GTT Escola

Este GTT reúne “Estudos sobre a inserção da disciplina curricular, Educação Física, no âmbito da Educação Escolar, ao seu ordenamento legal e das distintas perspectivas metodológicas animadoras das suas práticas pedagógicas” (CBCE, 2015).

Entrevistamos um pesquisador deste GTT: o professor doutor Admir Soares de Almeida Júnior. Ele possui graduação em licenciatura em Educação Física (1992) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialização em Educação Física Escolar (1996) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e em Lazer (1997) pela UFMG, e mestrado (2002) e doutorado (2011) em Educação pela PUC-Minas e pela Faculdade de Educação da UNICAMP, respectivamente. Atua como docente em Educação Física na Educação Básica na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e na PUC-Minas, com a formação inicial e continuada de professores de Educação Física. Atualmente é coordenador do GTT Escola do CBCE. Sua área de pesquisa está centrada no processo de construção dos saberes docentes cotidianos vinculados à produção de narrativas (ALMEIDA JÚNIOR, 2014).

GTT Lazer e Sociedade

Este GTT congrega “Estudos de ordem conceitual e/ou empírica sobre o lazer e possíveis articulações com as temáticas afins, vinculados às práticas e problemas da Educação Física e Ciências do Esporte, em interface com as Ciências Sociais e Humanas”. (CBCE, 2015)

Entrevistamos um pesquisador vinculado a este GTT que optou pela anonimidade.

GTT Memórias da Educação Física e Esporte

De acordo com o CBCE (2015), o GTT reúne

Estudos das diferentes manifestações dos campos da Educação Física e do Esporte voltados para a preservação da memória e que tenham por base suportes teórico-metodológicos de diferentes campos disciplinares e suas relações com a história como processo.

Entrevistamos um pesquisador vinculado a este grupo: o professor mestre Sérgio Roberto Chaves Junior. Ele possui graduação em licenciatura em Educação Física (2000), especialização em Educação Física Escolar (2003), e mestrado em Educação (2004) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG. Atua como professor assistente no Departamento de Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, da UFPR. Está vinculado ao Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE), ao Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, e ao Núcleo de Pesquisas sobre a Educação dos Sentidos e das Sensibilidades (NUPES), na Faculdade de Educação da UFMG (CHAVES JUNIOR, 2014). É membro do Comitê Científico do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE (CBCE, 2015).

GTT Movimentos Sociais

Este GTT reúne

Estudos de índole interdisciplinar voltados para a análise das problemáticas relativas aos movimentos sociais e das parcelas minoritárias da população, detectados tanto no meio rural quanto no urbano a partir de modelos teórico-metodológicos que transcendem as formas tradicionais de pesquisa (CBCE, 2015).

Entrevistamos um pesquisador vinculado a este GTT: o professor mestre Paulo Ricardo do Canto Capela. Ele possui graduação em Educação Física (1983) pela UFPEL e em Engenharia Elétrica (1984) pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), especialização em Ciência da Preparação Física (1993) pelas Faculdades Integradas Castelo Branco, e mestrado em Educação (1993) pela UFSC. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Educação Física da UFSC. Integra o Núcleo de Pesquisa Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde da UFSC (Cnpq/UFSC), onde coordena o Grupo de Estudos em Cultura Popular e de Movimento/Futebol (GECUPOM/Futebol). É também presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da UFSC. Sua atuação está focada nos seguintes temas: Educação Física, Futebol, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos Sociais, Educação, Estudos Latino-Americanos e Políticas Públicas de Esportes e Lazer (CAPELA, 2015).

GTT Políticas Públicas

De acordo com o CBCE (2015), o GTT de Políticas Públicas reúne

Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer.

Este é o GTT com maior número de pesquisadores entrevistados, ao todo foram cinco: os professores doutores Fernando Augusto Starepravo, Lino Castellani Filho e Otávio Guimarães Tavares da Silva, a professora doutora Heloisa Helena Baldy dos Reis, e um pesquisador que optou por não ser identificado.

O professor Dr. Fernando Starepravo possui graduação em Educação Física (2003), mestrado (2005) e doutorado (2011) em Educação Física pela

UFPR. Atualmente é professor no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL. É coordenador adjunto do GTT de Políticas Públicas do CBCE. Suas pesquisas estão voltadas às políticas públicas de esporte e lazer, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, esporte, sociologia, políticas públicas, esporte universitário e lazer (STAREPRAVO, 2014).

O professor Dr. Lino Castellani Filho possui graduação em Educação Física (1974) pela USP, mestrado em Filosofia e História da Educação (1988) pela PUC-SP, e doutorado em Educação (1999) pela UNICAMP. Foi professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (1978-1986), e da Faculdade de Educação Física da UNICAMP (1986-2011). Recentemente, na condição de livre-docente (2009), atuou como professor visitante da Universidade Federal de Brasília (UNB) (2011-2013). Desde 1999 é pesquisador-líder do "Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer". No campo da gestão, foi assessor das secretarias de esporte, lazer e recreação dos municípios de São Luís do Maranhão (1978-1979) e de São Paulo (1989-1990), presidente do CBCE por duas vezes (1999-2001 e 2001-2003), e Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (2003-2006) junto ao Ministério do Esporte (ME). É autor de diversos livros, dentre eles o "Educação Física no Brasil: A História que não se conta", e integrante do Coletivo de Autores, responsável pela obra "Metodologia do Ensino de Educação Física". Sua atuação está centrada no campo das políticas de educação, Educação Física, esporte e lazer (CASTELLANI FILHO, 2015).

O professor Dr. Otávio Tavares é graduado em Educação Física (1984) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduado em Olympic Studies pela International Olympic Academy – Grécia (1997), e mestre (1998) e doutor (2003) em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF). É professor associado do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da mesma instituição e líder do Centro de Estudos Olímpicos – ARETE. Sua atuação é na área da Educação Física, concentrando seus estudos e pesquisas nos seguintes temas: estudos sócio-

antropológicos das práticas corporais, estudos olímpicos e Educação Física escolar (SILVA, 2015).

A professora Dra. Heloisa Reis possui graduação em Educação Física (1985) pela PUC-Campinas, especialização em Handebol (1986) pela USP, mestrado (1994) e doutorado (1998) em Educação Física pela UFSM e pela Unicamp, respectivamente. Possui pós-doutorado (2000) em Direito Esportivo e Sociologia do Esporte, pela Universidad de Murcia, Espanha, e livre-docência (2004) pela Unicamp. Atualmente é docente do curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp. Possui intercâmbio científico com diversas universidades, dentre elas a Loughborough University (UK), na qual foi pesquisadora colaboradora convidada como observadora da segurança das Olimpíadas de Londres de 2012. Sua atuação em pesquisa e docência está centrada nas áreas de Pedagogia do Esporte, Handebol, Sociologia do Esporte e Direito Esportivo, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de prevenção à violência e de segurança em espetáculos esportivos, futebol e violência, sociologia do esporte, legislação e esporte, handebol (REIS, 2015).

GTT Treinamento Esportivo

Segundo o CBCE (2015), este GTT congrega

Estudos das diferentes manifestações das Ciências do Esporte e Educação Física centradas no foco do desempenho e tendo como base diferentes campos de investigação que permitem a análise do treinamento esportivo e do fenômeno do desempenho: pedagogia, psicologia, fisiologia, biomecânica, entre outras.

Entrevistamos dois pesquisadores deste grupo: um deles optou pela anonimidade e o professor doutor Marcus Peikriszwili Tartaruga. Este possui graduação em Educação Física (2004) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS (2008) e pela Université de Aix-Marseille II (France) (2009), e doutorado em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS em co-tutela com a Université de Nice Sophia Antipolis (France) (2013). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

onde coordena o Grupo de Pesquisa em Mecânica e Energética do Movimento Humano. É integrante do grupo de pesquisa em Mecânica e Energética da Locomoção Terrestre (EsEF/UFRGS) e do Laboratoire de Motricité Humaine, Education, Sport et Santé (Université de Nice Sophia Antipolis - UNSA, France) (TARTARUGA, 2015). É coordenador adjunto do GTT de Treinamento Esportivo do CBCE (CBCE, 2015). Sua atuação está centrada nas áreas de fisiologia do exercício e biomecânica (TARTARUGA, 2013).

2.3 TERMOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Tendo em vista que as nossas questões investigativas presentes no roteiro de entrevista apresentam alguns termos que podem não representar um consenso quanto ao seu significado entre os sujeitos envolvidos (autor, pesquisadores entrevistados e leitor) e que serão utilizados ao longo do trabalho, acreditamos ser importante esclarecer a que estamos nos referindo quando falamos em: legado; legado esportivo; esporte; cultura esportiva; expectativa; barreiras e; sugestões. Ressaltamos, no entanto, que não temos como objetivo aprofundar a discussão desses termos. Salientamos ainda que quando foram feitas as perguntas aos entrevistados, nós não delimitamos um entendimento *a priori* para o conceito de legado e de legado esportivo, permitindo então que os mesmos respondessem às questões conforme o entendimento deles. Já com relação aos termos “expectativas”, “barreiras” e “sugestões” nós buscamos apresentar aos entrevistados o que entendemos pelos mesmos.

O termo “legado” se refere basicamente àquilo que ficará para a cidade e/ou país sede em decorrência dos megaeventos esportivos. Proni (2009) distingue o termo “legado” do termo “impacto”. O último se refere aos efeitos mais imediatos da realização de megaeventos, enquanto o primeiro se remete aos efeitos mais duradouros. Otávio Tavares (2013), durante a entrevista, afirmou ainda que o termo legado tende a possuir uma conotação mais positiva, ao passo que o termo impacto é semanticamente mais neutro. Apesar dessas diferenças, optamos por utilizar o termo legado, tendo em vista que o mesmo é também utilizado pelo COI para designar a herança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Dentre as várias definições, há uma que engloba diversos aspectos que caracterizam o legado. Nela, legado é compreendido como “tudo aquilo que é planejado ou não, positivo e negativo, tangível e intangível que foi ou será criado através de um evento esportivo e que permanecerá após o evento” (PREUSS, 2006, p. 3, tradução nossa). São considerados legados tangíveis aqueles bens materiais, ou ainda aquilo que é palpável, que pode ser mensurado, como, por exemplo, as infraestruturas esportivas e de transporte. Já os legados intangíveis são os bens imateriais, ou ainda aquilo que não é palpável e que não pode ser mensurado, como, por exemplo, a capacitação profissional em diferentes áreas, a percepção da população sobre a cidade e o país, bem como o interesse pelo envolvimento em prática esportiva.

Apesar de muitos considerarem o legado apenas como positivo, a definição acima aponta também para a existência de legados negativos. Essa característica também foi mencionada por alguns dos entrevistados (TARTARUGA, 2013; TAVARES, 2013). É preciso considerar ainda que um mesmo legado pode ser positivo para algumas pessoas e/ou instituições e negativo para outras. Um exemplo disso é a construção e/ou ampliação de avenidas. Se, por um lado, ela pode beneficiar as pessoas que transitam por ela, por outro lado, muitas famílias podem ter sido desalojadas de suas residências para que a mesma pudesse ser construída/ampliada.

Embora a utilização e discussão acerca do termo “legado” seja recente, os megaeventos sempre produziram legados, sendo “planejados ou não”. O planejamento de legados propriamente dito passou a se inserir nas discussões do COI em 2002 (SOUZA; PAPPOUS, 2013), como forma de minimizar as críticas quanto à grande quantidade de dinheiro que os Jogos demandam para a sua realização (PRONI, 2009; SOUZA; PAPPOUS, 2013). O resultado do debate apareceu na Carta Olímpica de 2003 e atualmente “faz parte do processo de avaliação tanto da seleção do país que sediará os jogos quanto da avaliação dos resultados dos mesmos” (SOUZA; PAPPOUS, 2013, p. 44).

No Brasil, conforme afirmaram alguns dos entrevistados, a discussão sobre o termo “legado” teve início principalmente durante o período de organização e de realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007 (MARQUES, 2013), passando a ser utilizado como um meio de se justificar a realização dos mesmos (PIRES, 2013).

Os legados podem ser classificados a partir de algumas categorias como, por exemplo, a de Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004) que classificam os legados em socioculturais, socioeconômicos, políticos e físicos. Ou ainda a do International Olympic Committee (IOC) (2012) que classifica os legados em cinco categorias: esportivo, social, ambiental, urbano e econômico. Embora haja diferentes classificações, o foco principal da nossa pesquisa são os legados esportivos, reconhecendo que estes estão interligados com outros tipos de legados como, por exemplo, os políticos e econômicos.

Vale ressaltar que ao questionarmos os entrevistados sobre legados esportivos, não adotamos nenhuma definição *a priori* de “esporte”, uma vez que ele pode ser conceituado e compreendido de diferentes formas. Deixamos que os entrevistados falassem abertamente sobre a temática. Percebemos que, salvo a exceção de um dos entrevistados que afirmou entender o esporte como toda e qualquer prática de atividade física, a maioria demonstrou compreender o esporte como um fenômeno social que envolve práticas sistematizadas, regras pré-estabelecidas e vinculação à federações e confederações. Para distinguir as diferentes visões do conceito acima apresentado, utilizaremos o termo “esporte” para nos referir à definição da maioria dos entrevistados e as expressões “práticas corporais” ou “atividade física” para expor a visão do entrevistado que entende o esporte em uma perspectiva mais ampla.

Outra expressão utilizada e discutida durante o texto é “cultura esportiva”. Esta foi definida por um dos entrevistados, em uma de suas publicações, como:

o conjunto de ações, valores e compreensões que representam o modo predominante de ser/estar na sociedade globalizada, em relação ao seu âmbito esportivo, cujos significados são simbolicamente incorporados através, principalmente, da mediação feita pela indústria da comunicação de massa (PIRES, 2000, p. 15).

Em outra oportunidade - durante a nossa entrevista - ele apresentou uma visão mais detalhada deste conceito:

Um conjunto de práticas esportivas, intencionalidades sobre essas práticas e significados dessas práticas [...]. Então quando eu falo de cultura esportiva eu estou dizendo assim: qual é a intenção de se praticar esportes? Ou, qual é a intenção de se assistir uma competição esportiva, seja na televisão, seja ao vivo? Qual é a

intenção quando eu me envolvo nesse fenômeno esportivo? [...] Quais são as representações que compartilhamos a respeito disso? Então nessa tríade aí, de intencionalidades, práticas e representações construídas, [...] [a mídia] nos oferece uma visão dessas práticas e ela nos ajuda a construir essas representações que nós vamos compartilhar. (Giovani Pires, 2013)

Pires (2000; 2013) enfatiza o papel dos meios de comunicação de massa como fundamental para a construção da cultura esportiva do cidadão. Salientamos, no entanto, que outros meios também possuem papel relevante nesta construção, seja reproduzindo o que é transmitido pela mídia ou criando novos significados e entendimentos, a partir da mídia ou não. Tomando como base o pensamento de Pires, podemos concluir que cultura esportiva é o conjunto de práticas, significados, representações, valores e intencionalidades relacionados com o esporte que são construídos e transmitidos por diversos meios, tais como a mídia, a escola, a comunidade e a própria família. Esta cultura interfere com a forma com que os indivíduos compreendem o esporte, bem como com o envolvimento – ou não – dos mesmos em práticas esportivas e corporais.

Ressaltamos que o conceito de cultura esportiva foi elaborado apenas pelo entrevistado citado anteriormente. Os demais entrevistados, no entanto, formularam ideias que condizem com esse conceito, mas sem adotar a expressão “cultura esportiva” propriamente dita. Ou seja, ao expressar suas expectativas de legados, enfatizaram fatores tais como um maior conhecimento das modalidades esportivas, compreensão do fenômeno esportivo e um engajamento mais significativo por parte das pessoas em práticas esportivas e, no caso de um dos entrevistados, em atividades físicas. Utilizaremos essa expressão no decorrer do texto com a conotação apresentada na síntese acima.

Vale destacar ainda que na definição de cultura esportiva apresentada por Pires (2000; 2013), o esporte é compreendido como um tipo de manifestação corporal, ou seja, um conjunto de práticas sistematizadas, com regras padronizadas e vinculadas às federações e confederações. Mas, tendo em vista as diferentes visões dos entrevistados do que vem a ser “esporte”, ao falarmos em cultura esportiva, estaremos considerando tanto as práticas esportivas sistematizadas quanto as demais atividades corporais.

Ao longo do texto falaremos com frequência em cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade. A expressão “mais ampla” se refere à uma cultura esportiva que não se limita a apenas algumas modalidades esportivas, práticas corporais, ou formas de entendimento do fenômeno esportivo. Ela deve ser variada, de modo que a população possa conhecer, praticar e compreender diferentes tipos de práticas esportivas. Já quando mencionamos a expressão “melhor qualidade”, estamos nos remetendo à ideia de que a cultura esportiva construída pelos diversos meios pode e deve contribuir para a formação de sujeitos críticos sobre o esporte e o fenômeno esportivo e/ou de pessoas que compreendam com maior profundidade os diversos aspectos que o envolvem.

Ressaltamos que quando falamos em “expectativas” nos referimos àquilo que os entrevistados acreditam que irá acontecer como consequência dos Jogos, tendo como base o que já está acontecendo e/ou experiências de outros eventos, ou aquilo que seria o ideal, mas que não necessariamente irá se concretizar. A expectativa corresponde tanto a algo positivo quanto negativo.

As “barreiras” podem ser entendidas como fatores que podem dificultar a construção de um legado esportivo positivo. Já as “sugestões” se referem às recomendações dos entrevistados acerca do que poderia ser feito para contribuir para a construção de um legado esportivo positivo.

3 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS RIO 2016 PARA A AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA CULTURA ESPORTIVA E O PAPEL DE DIFERENTES INSTÂNCIAS NA SUA PRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos podem ser percebidos como uma oportunidade de se potencializar o desenvolvimento do esporte na cidade e/ou país sede, considerando a grande quantidade de recursos envolvidos, a mobilização que se faz em torno do evento e do esporte e a construção de infraestrutura esportiva. No entanto, ao serem questionados sobre as expectativas quanto a um legado esportivo em decorrência dos referidos Jogos, todos os entrevistados responderam que as suas expectativas de legado positivo são baixas. Segundo eles, a partir do que tem sido observado acerca das propostas e organização para os Jogos, não há indicativos de que haverá grandes impactos positivos para o desenvolvimento do esporte, exceto, em alguns casos, para o esporte de alto rendimento. Apesar de não serem otimistas em relação a esse assunto, os entrevistados abordaram diversas possibilidades de legado positivo, que não necessariamente irão acontecer ou estão acontecendo, mas que seriam desejáveis.

O desenvolvimento do esporte em suas diferentes manifestações foi mencionado por alguns entrevistados como uma das possibilidades de legado almejada a partir dos Jogos Rio 2016. Esse desenvolvimento consistiria em promover o acesso ao esporte e à atividade física por parte da população em geral e uma maior valorização da Educação Física escolar, além do desenvolvimento da infraestrutura esportiva. Entretanto, para que isso fosse concretizado seria necessário um planejamento de longo prazo.

Essa pauta [de desenvolvimento do esporte] deveria ser [...] de longo prazo, para que o Brasil [...] se preparasse não só em termos de infraestrutura, como é colocado, mas que se preparasse no sentido de uma valorização maior da Educação Física, [...] no sentido de tentar desenvolver mais atividade física junto à população, que as pessoas tivessem acesso ao esporte como um bem cultural [...], que considerasse o desenvolvimento do esporte no país, em suas várias vertentes. [...] Que as pessoas vivessem o esporte durante o seu cotidiano, que elas pudessem experimentar essa prática nas suas diferentes formas e diferentes modalidades. (Fernando Starepravo, 2013)

Tendo em vista essas possibilidades de legado positivo, buscaremos apresentar e discutir, a partir do que foi abordado por nossos entrevistados, a oportunidade de se potencializar a construção e disseminação de uma cultura esportiva no país. Mais especificamente, discutiremos alguns fatores que interferem para com a efetivação desse legado, bem como sugestões para a concretização de legados positivos nesse sentido a partir do papel de três instâncias produtoras de cultura esportiva: a mídia, a escola e o Estado. Apresentaremos a seguir algumas possíveis contribuições dessas três instituições.

3.1 A MÍDIA E A CULTURA ESPORTIVA

O esporte é um fenômeno presente no cotidiano da população, seja como um dos principais objetos de cobertura midiática; seja na escola via Educação Física ou programas de contraturno escolar; seja nos momentos de lazer da família e amigos. A realização de grandes eventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos pode ampliar ainda mais o contato da população com o conteúdo esportivo.

Eu compreendo como a possibilidade de consolidação, de aperfeiçoamento, de ampliação do contato da população de um modo geral [...] com o fenômeno esportivo [...] dentro das suas diferentes manifestações. (Admir de Almeida Júnior, 2013)

Assim como afirmou um dos entrevistados, grande parte da população brasileira não terá contato direto com os Jogos Rio 2016, ou seja, são poucos os que terão oportunidade de ir até a cidade do Rio de Janeiro acompanhar as festividades, e/ou que conseguirão comprar um ingresso, dos cerca de 7,5 milhões colocados à venda (RIO 2016, 2014), para assistir alguma das competições ou cerimônias dos Jogos. A maioria da população, portanto, acabará tendo contato com os JO-PO Rio 2016 pela televisão.

É importante considerar que há diferenças significativas entre assistir eventos esportivos pela televisão e ao vivo, no local da competição (BETTI, 2002; PIRES, 2006). Uma delas, conforme explicita Pires (2006), é que no primeiro é o diretor quem escolhe aquilo que será ou não visualizado pelo

telespectador, enquanto no último, o espectador pode ter noção da totalidade do espetáculo. Isso implica no modo como a população percebe o esporte.

A mídia é capaz de atingir um grande número de pessoas de várias regiões e de diferentes idades, sendo talvez o meio mais eficaz de disseminação de uma cultura esportiva.

Em relação aos Jogos Olímpicos, o papel da mídia esportiva seria preponderante, porque é uma voz multiplicada. Ultrapassa muito o limite daquilo que nós da educação física podemos fazer. Tem uma inserção sobre os vários suportes e meios em várias camadas da população. (Giovani Pires, 2013)

Por meio da disseminação de suas mensagens à população, regadas de valores, normas e padrões de comportamentos, a mídia passa a ter um papel fundamental na produção da cultura contemporânea (PIRES, 2000). Mais especificamente sobre a cultura esportiva, a “mídia passa a ser a principal produtora dos sentidos e significados válidos/validados socialmente sobre esporte” (PIRES, 2006, p. 7).

O acesso de grande parte da população ao conteúdo esportivo, transmitido pela mídia televisiva, se dá principalmente por meio da televisão aberta. Esta que, conforme mencionou um dos entrevistados, é uma concessão de direito público³ e tem o compromisso de transmitir conteúdos educativos⁴. A partir disso, e considerando suas características já mencionadas acima (capacidade de abranger um grande número de pessoas e de produzir a cultura esportiva), o entrevistado a seguir destacou que a mídia poderia aproveitar a realização dos Jogos Rio 2016 para construir um legado no sentido de proporcionar à população um maior conhecimento sobre o esporte e suas diferentes modalidades, bem como contribuir para que a mesma possa acompanhar e entender esse conteúdo com maior esclarecimento.

Programas de educação olímpica, de educação esportiva, explicando para as pessoas o que é, trazendo fatos, explicando como é que

³ Concessão, segundo o Art. 5º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, se refere à “autorização outorgada pelo poder competente a entidades executoras de serviços de radiodifusão sonora de caráter nacional ou regional e de televisão” (BRASIL, 1963).

⁴ Conforme consta no Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, “as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão, além de outros que o Governo julgue convenientes aos interesses nacionais, estão sujeitas aos seguintes preceitos e obrigações: [...] reservar 5 (cinco) horas semanais para a transmissão de programas educacionais” (BRASIL, 1983).

funciona. Então, por exemplo, nós vamos ter [x] modalidades esportivas sendo disputadas no Rio de Janeiro. Será que a população conhece sobre essas [x] modalidades? Será que a população é capaz de acompanhar com o mínimo grau de esclarecimento essas modalidades? Nós não vamos dar conta disso, quem pode dar conta disso, no seu sentido mais amplo e talvez mais imediato, é a mídia esportiva. Só que a mídia esportiva não tem projeto para isso. (Giovani Pires, 2013)

Conforme ressaltou o pesquisador, a mídia não tem desenvolvido ações no sentido de educar os telespectadores sobre o fenômeno esportivo. Pelo contrário, ela tem dificultado a construção de uma cultura esportiva mais qualificada. O fato de a mídia se centrar em determinadas modalidades em detrimento de outras é um dos fatores que interferem para com essa construção. A mídia acaba tendo uma maior participação na construção de representações dos esportes mais populares no país, como o futebol e o voleibol, e dos que têm maiores chances de ganhar medalhas. Isso acaba contribuindo para a formação de uma cultura esportiva limitada apenas a alguns esportes.

A cultura esportiva, sobretudo brasileira, mas acho que mundial, deve grande parte da sua constituição àquilo que é o discurso midiático. [...] Claro que ele não é homogêneo. Então, por exemplo, a cultura esportiva relacionada ao futebol é uma, e talvez grande parte dessa representação seja decorrente da mídia. A cultura esportiva relacionada ao golf talvez seja diferente, porque o papel da mídia esportiva é bem menor, aí são outros interesses que predominam. [...] Eu reconheço que talvez o ideal até fosse falar de culturas esportivas. (Giovani Pires, 2013)

Embora muitos acreditem que o esporte transmitido pela televisão contribua para o aumento do sedentarismo da população, por conta da indução à assistência passiva, a partir de seus discursos e representações, a mídia também pode atuar na promoção do interesse da população pelo engajamento em práticas esportivas e atividades físicas (PIRES, 2007). O ideal seria que ela transmitisse as várias modalidades que compõe os Jogos, o que poderia ampliar a cultura esportiva da população, conforme aponta o entrevistado:

[Os Jogos Olímpicos] favorecem um pouco o combate à monocultura do futebol no nosso país. Temos aí uma coisa muito arraigada em que o futebol é a única possibilidade de se expressar, através das práticas corporais, deixando de lado uma série de outras possibilidades de vivenciar isso. ("Vitor", 2013)

Entretanto, a transmissão de determinados esportes acaba incentivando a prática de apenas algumas modalidades.

Só com o apelo midiático que existe e com poucos esportes [...] que mais tem espaço [...] nas televisões brasileiras, que é o caso do voleibol e do futebol, fica muito difícil a criança ter interesse por um aprofundamento esportivo e por se tornar atleta [em outras modalidades]. (Heloisa Reis, 2013)

Além disso, no caso dos Jogos Olímpicos, o fato de haver muitas modalidades sendo disputadas em um curto período de tempo tende a restringir o enfoque da mídia aos vencedores. Isso acaba recaindo na transmissão de modalidades mais conhecidas e com maiores chances de ganhar medalha bem como no incentivo à prática dessas modalidades.

O problema em relação aos Jogos Olímpicos é que são muitos esportes e muitas modalidades, e acontece muita coisa em 15 dias. Então o herói do primeiro dia, no quinto dia já está esquecido por causa dos heróis do segundo, do terceiro, do quarto e do quinto dia [...]. E a mídia vai sempre em busca dos vencedores [...]. Então [...] pode ter algum impacto, mas esse impacto provavelmente é menor do que as pessoas imaginam. (Otávio Tavares, 2013)

Mesmo quando a mídia consegue inspirar os indivíduos a se engajarem na prática esportiva, este efeito tende a não ser duradouro (SOUZA; PAPPOUS, 2013). Alguns entrevistados mencionaram o “fenômeno Guga” como exemplo de incentivo passageiro à prática esportiva do tênis.

Essa presença midiática vai ter um efeito a curto prazo, mas não um efeito a médio prazo. O fenômeno Guga é um fenômeno interessante nesse ponto de vista, [...] tem estudos que apontam aí um crescimento de um número de tenistas, de crianças querendo praticar tênis, de projetos sociais [...]. Esse fenômeno, dez anos depois, [...] vem diminuindo cada vez mais e de novo voltando ao número que nós tínhamos antes [...]. Em tese teria que se preparar para [...] aproveitar a onda midiática para se ter uma política para isso. (“Vitor”, 2013)

Outra possibilidade de incentivo à prática esportiva, tendo em vista a grande visibilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos por meio da mídia, mencionada por alguns entrevistados, poderia ocorrer a partir da utilização de atletas enquanto modelos a serem seguidos.

[Se] houvesse um uso inteligente dos atletas de alto nível para estimular o esporte saúde, a prática de atividade física no sentido mais amplo, acho que a gente poderia chegar num legado bom. (Pedro Hallal, 2013)

Conforme aponta Donnelly *et al.* (2008), o tipo de inspiração que os Jogos e que os atletas de alto rendimento podem gerar deve ser sustentado com outras ações, dentre elas, incentivos por parte atletas e técnicos não somente via mídia, mas também presencialmente em clubes e instalações esportivas durante e após os Jogos falando e ensinando o esporte e sobre o esporte.

Enquanto alguns dos entrevistados apontaram a possibilidade de utilização do modelo de atletas de alto rendimento para incentivar a participação em práticas esportivas, Hindson, Gidlow e Peebles (1994) e Pires (2007), por outro lado, demonstraram que a utilização desses atletas pode inibir o envolvimento de pessoas comuns na prática esportiva, uma vez que estas podem não se sentir capazes de realizar o mesmo que os atletas de alto rendimento. Esse sentimento de incapacidade pode motivar a troca da prática esportiva pela assistência ao espetáculo esportivo (PIRES, 2007). Além disto, nem sempre os modelos esportivos são positivos, ficando aquém dos ideais olímpicos (doping, violência, fingimento de lesões, etc) (PAYNE *et al.*, 2003 *apud* COALTER, 2004).

De modo geral, muito do que é transmitido pela mídia tende a ser exemplo a ser copiado e incorporado à cultura esportiva, tais como “as altas performances dos ídolos esportivos, as formas como comemoram seus feitos, [e] as manifestações de apreço (ou de desagrado) das torcidas” (PIRES, 2007).

Mesmo focando em determinadas modalidades, a mídia tem contribuído para a formação de uma “semicultura” acerca das mesmas.

Nessas modalidades onde a mídia [...] tem uma presença muito grande na construção de representações, [...] a televisão ela não contribui, ou talvez não esteja contribuindo nesse momento para a produção de uma cultura esportiva autêntica, mas de uma semicultura, que é aquilo que nos transforma sujeitos [...] à Indústria Cultural (Giovani Pires, 2013)

A escolha dos conteúdos que serão transmitidos e de como será feita essa transmissão é permeada por vários interesses (PIRES, 2006; 2007) e segue uma lógica de “mercadorização” e “espetacularização” do esporte.

Portanto, mais do que apenas informar, ao escolher os assuntos que serão veiculados e o tipo de abordagem que será feita, a mídia também define “sobre o quê devemos falar e ter opinião, além de, no limite, formar a nossa opinião sobre os temas que eleger e faz circular” (PIRES, 2007, p. 4). Logo, o discurso midiático não é neutro.

Ao mencionar que a mídia produz uma semicultura, sujeita à Indústria Cultural, Pires (1997; 2000; 2006) se refere à teoria dos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer. Estes autores utilizaram a expressão “Indústria Cultural” para designar a transformação da cultura em mercadoria, voltada para o consumo, e sujeita às leis de oferta e procura. Nesta lógica, a cultura é “produzida e consumida de forma massiva e indiferenciada” (PIRES, 2000, p. 31).

Uma das consequências diretas da Indústria Cultural é a “semicultura” ou “semiformação cultural” – expressão elaborada por Adorno, em 1959. Considerando que a cultura possui um duplo caráter que “se revela numa tensão permanente entre autonomia, como liberdade do sujeito, e adaptação, enquanto sua inserção na vida real” (PIRES, 2000, p. 41), a predominância de um desses pólos – autonomia ou adaptação – é o que se denomina semicultura. A prevalência da autonomia tende a fazer com que o sujeito seja extremamente crítico da realidade e, como consequência, acabe ficando distante da mesma. Na sociedade capitalista prevalece o segundo caráter que seria a adaptação da cultura aos valores e códigos do mercado, adquirindo um valor de troca e se tornando um veículo ideológico, deixando de lado a formação da autonomia do sujeito. Na condição de mercadoria, portanto, a cultura perde sua capacidade crítica, não exigindo do espectador a reflexão e o esforço intelectual (PIRES, 1997; 2000). No caso da cultura esportiva, a Indústria Cultural tem se concentrado em algumas modalidades, sobretudo aquelas que são mais adaptáveis à linguagem televisiva e conseguem neutralizar o esforço físico e intelectual do telespectador (PIRES, 2006).

Visando a manutenção e ampliação dos níveis de lucro, o esporte precisou ainda ser espetacularizado, “ou seja, adotar a linguagem visual da televisão” (PIRES, 1998, p. 36). Buscando se adequar à TV e atrair a atenção dos consumidores, o esporte passou por algumas alterações, tais como:

- a) as mudanças de regras nos esportes coletivos, visando a aumentar o dinamismo da disputa, a reduzir o tempo “morto” e o tempo total do jogo, numa adequação ao “formato” do espetáculo televisivo;
- b) a introdução de paradas estratégicas no decorrer dos tempos de disputa (“tempo técnico”), a fim de que possam ser veiculadas mensagens comerciais dos patrocinadores;
- c) o convívio de sistemas esportivos paralelos às federações e às confederações (as Ligas), possibilitando ampliar o número de espetáculos oferecidos e garantir-lhes maior qualidade técnica (PIRES, 1998, p. 32).

A televisão se utiliza de diversas estratégias durante a transmissão de informações que podem interferir na percepção dos sujeitos acerca das mesmas. A utilização de técnicas, como o replay instantâneo de lances da partida, os closes, as imagens em câmera lenta, as minicâmeras colocadas nos capacetes dos atletas, por exemplo, contribuem para com a espetacularização do esporte (PIRES, 1997; BETTI, 1998) assim como para direcionar a visão do telespectador ao que a televisão (diretores, empresários, patrocinadores) quer mostrar.

Em suma, Betti (1998, p. 2) destaca que

Há um processo de mediação entre a realidade e a imagem, que envolve seleção e edição de fatos e cenas, segundo uma lógica de espetacularização, em parte motivada pela busca do lucro, e em parte pela própria especificidade da linguagem televisiva, cujas possibilidades são levadas cada vez mais adiante. Isso leva, em geral, à fragmentação e descontextualização do fenômeno esportivo.

Betti (2002) aponta algumas características do “esporte *da* mídia” – esporte atualmente veiculado pela mídia brasileira: (1) Ênfase na “falação esportiva”⁵ que informa e atualiza; conta a história; cria expectativas; faz previsões; explica e justifica; promete; cria polêmicas e constrói rivalidades; critica; elege ídolos; e dramatiza; (2) Monocultura esportiva, sobretudo referente ao futebol, tanto no que se refere à “falação esportiva” quanto nas transmissões ao vivo, o que contribui para a construção de uma cultura esportiva apenas relacionada ao futebol; (3) Superficialidade e fragmentação das informações. Conforme aponta Pires (2000, p. 24), em muitos casos, isso tende a provocar nos telespectadores/consumidores “compreensões distorcidas e, por isso mesmo, insuficientes para a elaboração de uma opinião esclarecida e crítica a respeito do assunto”.

⁵ Esse termo foi criado por Umberto Eco (1984).

Outra barreira da mídia nacional no sentido de contribuir para com a formação de uma cultura esportiva mais qualificada no país é a falta de profissionais preparados para atuar nessa área. Conforme um dos entrevistados, os cursos de graduação em jornalismo raramente possuem disciplinas relacionadas ao esporte, e quando possuem, não abordam discussões mais amplas acerca do fenômeno esportivo.

Cursos de jornalismo de instituições públicas, por exemplo, não costumam ter sequer uma disciplina de jornalismo esportivo. E quando algumas instituições particulares têm jornalismo esportivo na grade, é um curso tecnicista, é um curso que não coloca em discussão o que é o esporte, quais são as possibilidades de entendimento e compreensão do esporte. (José Carlos Marques, 2013)

Na prática, os meios de comunicação também não preparam seus profissionais para apresentar e discutir o conteúdo esportivo de uma forma mais aprofundada. Alguns entrevistados demonstraram preocupação com relação às modalidades pouco conhecidas.

As empresas de comunicação [...] se preparam muito mal. [...] Quando surge um atleta desconhecido que [...] começa a ser vencedor de uma modalidade pouco midiática, as empresas têm dificuldade para poder cobrir aquela modalidade. [...] Não há na imprensa esportiva brasileira de forma geral um comentário ou uma transmissão que seja didática para o telespectador. (José Carlos Marques, 2013)

Na busca de suprir com a falta de jornalistas esportivos qualificados, os meios de comunicação normalmente utilizam ex-atletas, ex-técnicos ou ex-árbitros para atuarem como comentaristas nas modalidades. Isso, conforme enfatizaram três de nossos entrevistados, tende a reforçar uma cultura esportiva com baixo grau de criticidade e reflexividade acerca do esporte, sobretudo nas modalidades pouco conhecidas, pois o conteúdo da transmissão acaba ficando apenas no senso comum, não contribuindo para com o desenvolvimento de uma melhor compreensão do fenômeno esportivo como um todo.

Como não há preparação dos meios para tratar com essa temática, sobretudo essas modalidades com pouca visibilidade, me preocupa que o recurso que venha a ser adotado pela mídia seja aquele que foi nos Jogos Pan-Americanos, ou seja, traz o ex-atleta da modalidade,

bota na bancada e ele diz o que ele quer. O que que ele vai dizer? Senso comum. Ele vai ajudar a construir uma representação social de semicultura esportiva. (Giovani Pires, 2013)

Em outra ocasião, o pesquisador acima reforçou a crítica sobre a utilização de ex-atletas em transmissões esportivas, como se a vivência prática no esporte – e o seu conhecimento sobre as regras e espaços de disputa – fosse suficiente para legitimar a atuação e o discurso dos mesmos durante as transmissões. Esses sujeitos tendem a manifestar uma visão simplista e abordar, sobretudo, aspectos factuais do esporte, o que acaba por contribuir para com a consolidação de uma cultura esportiva acrítica e limitada ao senso comum (PIRES, 2006). Um exemplo disso foi o que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos Rio 2007, que, conforme destaca Guerra (2012), foram contratados ex-atletas que, em grande parte dos casos, nem mesmo dominavam técnicas de comunicação.

Diante desse problema, tanto o Giovani Pires quanto o José Carlos Marques destacaram, durante as entrevistas, a necessidade de formação dos profissionais que trabalham com o jornalismo esportivo.

O jornalismo precisaria se especializar, assim como a gente está falando de formação para a mobilidade urbana, formação de garçom, formação de camareira. [...] Precisaria se pensar em formação jornalística para os Jogos Olímpicos, e não esse recurso apelativo [de trazer ex-atletas], [...] que aproveita para puxar audiência e reforça essa visão de semicultura. (Giovani Pires, 2013)

Guerra (2012) reforça as ideias apresentadas acima afirmando que uma melhor preparação do jornalismo esportivo poderia ser um dos legados da realização da Copa 2014 e Jogos Rio 2016 no Brasil. Isto ajudaria a se evitar tantos equívocos, vexames e transmissão de informações superficiais durante as transmissões.

José Carlos Marques demonstrou ser a favor da utilização de ex-atletas, ex-árbitros ou ex-técnicos durante as transmissões, desde que isso aconteça junto com um jornalista. Ele critica os modelos que utilizam apenas um ou outro agente na transmissão.

A TV aberta tem cristalizado o modelo que é contratar ex-jogadores, ex-árbitros para fazerem os comentários esportivos. Não há um jornalista ou um profissional da comunicação, ou um profissional do

esporte [...]. Seria interessante um modelo híbrido, um profissional da comunicação, [...] um estudioso do esporte, e um ex-atleta porque ele tem uma dimensão da prática, do campo de jogo, do campo de disputa. (José Carlos Marques, 2013)

O pesquisador destacou ainda o papel da universidade na preparação de jornalistas que de fato compreendam o fenômeno esportivo. O momento de preparação para os Jogos Rio 2016 seria propício para isso, entretanto, este esforço deveria ser feito com antecedência e não se restringir apenas ao período de realização dos mesmos.

Considerando que a mídia, através do esporte, pode promover valores e normas sociais, Pires (2007, p. 5) nos alerta ainda que é preciso se atentar para a “sobreposição, às vezes discreta, outras, ruidosa, das preferências pessoais, doutrinárias ou ideológicas dos jornalistas à informação esportiva que veiculam”.

Para que a mídia de fato pudesse contribuir para a construção de uma cultura esportiva de melhor qualidade, seria necessário, tal como aponta Betti (2002), que ela abordasse o esporte na sua inteireza. O ideal seria que houvesse:

a cobertura de várias modalidades esportivas, inclusive as que ainda são predominantemente amadoras; a presença de informações/conteúdos científicos (biológicos, socioculturais, históricos) sobre a cultura esportiva; análises aprofundadas e críticas a respeito dos fatos, acontecimentos e tendências nas várias dimensões que envolvem o esporte atualmente (econômica, administrativa, política, treinamento, tática etc), considerando o passado, o presente e o futuro; as vozes dos atletas (profissionais e amadores) enquanto seres humanos integrais, e não apenas como máquinas de rendimento nos falando sobre a *experiência global* de praticar esporte; uma maior interação com os receptores, considerados indivíduos singulares, instaurando um verdadeiro processo de *comunicação*. (BETTI, 2002, p. 3 grifos do autor)

Um dos entrevistados sugeriu que para que possamos construir um legado positivo a partir a realização dos Jogos, seria necessário que algumas entidades esportivas, tais como o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e o Ministério do Esporte, cobrassem a dívida que a televisão aberta tem de transmitir conteúdos educativos.

Convencer a mídia, sobretudo a televisão aberta, de direcionar sua programação para uma educação olímpica que não seja daquilo de um mês antes. Então aí eles fazerem um bombardeio de

programação. Quer dizer, começar a envolver pequenas matérias, coberturas de alguns jogos [...]. Não sei até que ponto esses organismos oficiais tem força para, entre aspas, peitar [...] a televisão aberta de fazer isso. [...] Sem eximir [...] a nossa responsabilidade, as nossas intervenções profissionais, acadêmicas, trabalhar também com essa perspectiva, mas sem dúvida nenhuma, o acesso a essa informação através da mídia esportiva seria bastante efetiva. (Giovani Pires, 2013)

Considerando a discussão feita no decorrer desta seção e o desafio mencionado acima, Pires (2000) destaca que Adorno, apesar do seu pessimismo com relação à Indústria Cultural, apontava para a possibilidade e necessidade de se resgatar a autonomia do sujeito referente à formação cultural. Neste sentido, Pires (2000) acrescenta que uma contraposição à ideologia dominante pode se dar na esfera do consumo, ou da recepção. Vaz e Bassani (2013), entre outros, ressaltam o papel da escola enquanto um espaço de resistência e transformação da cultura produzida e transmitida pela mídia. Diante disso, na próxima seção, discutiremos possíveis contribuições e barreiras para a construção de uma cultura esportiva no âmbito da escola.

3.2 A ESCOLA E A CULTURA ESPORTIVA

Embora a cultura esportiva seja produzida e transmitida principalmente pela mídia, como sugere a discussão feita anteriormente, a escola e, mais especificamente, a Educação Física escolar e os programas de contraturno escolar também podem se constituir em um importante e rico espaço para a formação de valores, ideias e comportamentos dos alunos no que diz respeito ao esporte e à outras práticas corporais.

A cultura esportiva produzida na escola foi uma temática bastante presente na fala de alguns dos entrevistados. De acordo com alguns deles, a realização dos JO-PO Rio 2016 poderia se constituir em uma possibilidade de melhoria para a Educação Física escolar e para o esporte escolar em geral, tanto no sentido da criação de infraestrutura e disponibilização de materiais para a prática esportiva, quanto no sentido do entendimento acerca do que e como devem ser trabalhados os conteúdos na mesma, principalmente o conteúdo esportivo. Embora haja propostas por parte do governo federal nesse

sentido, os participantes desta pesquisa não acreditam que haverá um legado positivo nesse âmbito.

No campo do educacional são promessas totalmente vazias, que não há nenhuma pista de que vai aumentar o investimento no esporte educacional, de que vai mudar a mentalidade acerca do esporte escolar. (“Marcelo”, 2013)

Qualquer legado esportivo passaria por melhorias na Educação Física escolar e eu não vejo nenhum movimento de que, com as Olimpíadas no Brasil, nós vamos conseguir melhorar a qualidade da Educação Física, melhorar a estrutura das escolas, conseguir mais material. (Pedro Hallal, 2013)

Para vários entrevistados, o impacto dos Jogos no âmbito escolar, tanto na Educação Física⁶ quanto no contraturno⁷, pode ser negativo. Uma das preocupações é a de que a realização dos Jogos Rio 2016 motive a volta do esporte como conteúdo hegemônico da Educação Física.

Tenho receio de que se crie uma cultura do esporte como o único conteúdo da Educação Física em função dos Jogos Olímpicos [...], especialmente aqueles em que o Brasil se dá melhor, como o voleibol, o futebol, basquete um pouco [...]. (“Jorge”, 2013)

Além disso, há o receio de que o esporte nela trabalhado volte a se vincular aos princípios do alto rendimento. Teme-se também que a Educação Física escolar e os programas esportivos de contraturno passem a ser percebidos como base da pirâmide esportiva para o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Há um reforço de velhos discursos, da ideia da pirâmide esportiva, da escola enquanto base da formação do esporte de alto rendimento, desconsiderando por completo um conjunto de formulações que foram sistematizadas para o esporte escolar, para a Educação Física brasileira nos últimos anos. (“Marcelo”, 2013)

As preocupações remetem a problemas vivenciados nas décadas de 70 e 80, período em que o esporte era o conteúdo hegemônico da Educação Física escolar e que esta, percebida como base da pirâmide esportiva, tinha o

⁶ Ao falar em Educação Física escolar, estaremos nos referindo à disciplina como componente curricular obrigatório da educação básica, tal como propõe a Lei Nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003).

⁷ Quando falamos em contraturno escolar nos referimos às atividades esportivas que ocorrem no espaço da escola no período contrário ao das atividades formais.

papel de selecionar praticantes visando chegar à ponta da pirâmide – ou seja, à elite esportiva (DAOLIO, 2013; GRUNENVALDT; KUNZ, 2013). Na época, essa subordinação da Educação Física escolar ao sistema esportivo recebeu diversas críticas da comunidade científica (GRUNENVALDT; KUNZ, 2013). Atualmente vários autores voltaram a demonstrar preocupação de que a escola/Educação Física seja colocada como local de detecção e preparação de talentos para os megaeventos esportivos (GRUNENVALDT; KUNZ, 2013; MASCARENHAS, 2013).

Como efeito dessa visão que coloca a Educação Física escolar como espaço para a formação de atletas, surge a preocupação de que ela seja novamente responsabilizada pelo fracasso nos Jogos.

Tenho um pouco de receio de que novamente [...] os meios de comunicação, os ministérios, a política de maneira geral [...] voltem a responsabilizar, a culpabilizar a escola, a Educação Física, nós, professoras e professores de Educação Física, como os grandes responsáveis pelo fracasso. (“Jorge”, 2013)

Outros autores também mencionam que após participações brasileiras, e principalmente após resultados negativos, a mídia e o poder público passam a cobrar da Educação Física a tarefa de promover o sistema esportivo nacional (DAOLIO, 2013), afirmando que se a mesma cumprisse essa tarefa, estes resultados poderiam ser evitados (GRUNENVALDT; KUNZ, 2013). Esse tipo de situação ficou evidente após o fracasso brasileiro nos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, o qual desencadeou o surgimento de um movimento de (pseudo)valorização da Educação Física escolar, tal como destacam Bracht e Almeida (2003; 2013). Segundo os autores, esse movimento pró Educação Física culminou em duas ações principais: a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), retomando a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular nas escolas brasileiras; e a criação do Programa Esporte na Escola⁸, em 2001. Isso pode indicar que

⁸ O programa era de responsabilidade do Ministério do Esporte e Turismo, com consentimento do Ministério da Educação, e tinha como objetivo “[...] a melhoria da qualidade de vida e do estado de saúde da população brasileira, além de ter um importante papel de coadjuvante no combate às drogas, à violência, na formação social, no aprimoramento da personalidade da criança, entre outros benefícios sociais, e como consequência a revelação de novos talentos esportivos” (ESPORTE NA ESCOLA, 2002, p. 3 *apud* BRACHT; ALMEIDA, 2003).

talvez o entendimento de diversas instituições acerca do papel do esporte na escola nunca tenha mudado.

Há ainda o receio de que a Educação Física e o esporte passem a ser entendidos como sinônimos.

Há um discurso mais entusiasta [...] da mídia, do poder público, de empresas e pessoas que estão inteiramente ligadas e interessadas nesses eventos [...] que quer construir uma opinião pública para justificar ações, políticas de formação de atletas, políticas de incentivo à prática esportiva em substituição [...] de uma ampliação da Educação Física [...]. O perigo de um evento como esse, em se tratando da formação de professores para a educação básica, é talvez pegar esse discurso [...], e acabe, enfim, jogando por terra uma batalha, uma construção histórica [...] contrárias a um modelo esportivo da Educação Física. (Sérgio Chaves, 2013)

Esse tipo de associação entre a Educação Física e o esporte se faz presente em tempos de megaeventos esportivos, se manifestando no discurso de dirigentes esportivos, administradores públicos, políticos (MASCARENHAS, 2012), professores, pais e alunos (BRACHT; ALMEIDA, 2013). Lucena (2013) ressalta ainda que o discurso em prol dos megaeventos, que colocam a Educação Física e o esporte como a mesma coisa, tem promovido interesses fora do “universo pedagógico”. Grunennvaldt e Kunz (2013, p. 25) também destacam que a realização de megaeventos poderá levar à uma legitimação da Educação Física escolar baseada em “anseios e funções exógenas a ela, o que dificulta sobremaneira a configuração de sua autonomia pedagógica”.

Ao expressarem suas preocupações sobre o impacto dos Jogos Rio 2016 no trato com o esporte na Educação Física escolar, os entrevistados as exemplificaram mencionando algumas propostas anunciadas na ocasião da candidatura do Rio à sede dos Jogos em prol do esporte. Uma delas diz respeito aos Jogos Escolares⁹:

O Governo já também anuncia [...] um maior investimento nos Jogos estudantis, o que repercute em uma maior penetração do esporte na instituição escolar e, por conseguinte, também a entrada do *ethos* do alto rendimento por dentro da Educação Física escolar, o que é um problema. (“Marcelo”, 2013)

⁹ Os Jogos Escolares da Juventude, denominado anteriormente de Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Olimpíadas Escolares, “reúne milhares de atletas escolares de instituições de ensino públicas e privadas para uma competição de abrangência nacional” (BRASIL, 2015a).

A ampliação dos Jogos Escolares e Universitários¹⁰ de 2,5 milhões para 5 milhões de estudantes brasileiros foi uma das propostas apresentadas no Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009d). Conforme consta no documento, esta ação visa promover a participação de estudantes nos esportes Olímpicos e está alinhada aos princípios dos Jogos Olímpicos da Juventude¹¹ (BRASIL, 2009d). Vale ressaltar que os Jogos Escolares da Juventude são organizados pelo COB, com o apoio do Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Outra proposta de legado em função da realização dos JO-PO no Brasil que preocupa os entrevistados está relacionada com a expansão do programa Segundo Tempo (PST)¹². Algumas das críticas se referem à falta de estrutura e a falta de profissionais qualificados para a implantação do programa. Outra grande crítica refere-se a uma suposta intenção de se colocar a escola à serviço da detecção de talentos e formação de atletas.

O Segundo Tempo é um programa que [...] na sua grande parte é desenvolvido sem infraestrutura ou com infraestrutura precária, com estagiários que são alunos e alunas de Educação Física e, portanto, ainda estão em formação e jamais vão formar então um futuro atleta para as Olimpíada de 2016. (“Jorge”, 2013)

Há a tentativa do governo de colocar cerca de quatro milhões de crianças no contraturno para a prática esportiva. [...] [Mas essas] crianças que praticarão esporte, [...] em grande parte na instituição escolar, estarão ocupando concomitantemente o espaço daquelas crianças que estarão no seu período regular de estudos. [...] A escola já tem uma série de dificuldades e não comporta nem as crianças que estão estudando nesse horário [...]. A escola não serve de celeiro para a formação de atletas. Ela não tem estrutura para isso. (Sérgio Chaves, 2013)

¹⁰ Os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) são organizados pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) em parceria com o Ministério do Esporte (ME), e tem como objetivo “aumentar a participação em atividades esportivas em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do território nacional e promover a ampla mobilização da juventude universitária brasileira em torno do esporte.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2015)

¹¹ Os Jogos Olímpicos da Juventude são desenvolvidos pelo COI e ocorrem a cada quatro anos. O público-alvo desses Jogos são os atletas de 14 a 18 anos.

¹² O Segundo Tempo é um programa da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte – Governo Federal, e tem por objetivo “democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social”. O PST ocorre no contraturno escolar em espaços comunitários (público ou privado) ou na própria escola. (BRASIL, 2015b).

Já um dos entrevistados elogiou as iniciativas do PST por acreditar que ele é uma via de democratização do acesso ao esporte. Para ele, as preocupações quanto à influência do esporte de rendimento na Educação Física escolar é um problema de gestão.

Eu acho a iniciativa muito boa, mas ele [cita o nome de um pesquisador] acha que a lógica do sistema esportivo vai contaminar a aula de Educação Física. Bom, aí o problema é de gestão, mas é extremamente democratizante para aquelas famílias que não têm dinheiro para pagar escolinha para os seus filhos. (Otávio Tavares, 2013)

A ampliação do programa Segundo Tempo foi uma das propostas de legado presente tanto no Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009d) quanto no Caderno de Legado Social (BRASIL, 2009b). De acordo com estes documentos, a realização dos Jogos Rio 2016 impulsionará o esporte educacional, para tanto, ocorrerá a expansão do atendimento do PST de um milhão de estudantes por ano para três milhões por ano até 2016. A expansão ocorrerá em todo o Brasil, mas a cidade do Rio de Janeiro especificamente beneficiará um milhão de estudantes. Esta cidade supostamente será a primeira a universalizar o programa na rede de ensino (BRASIL, 2009b).

Embora os entrevistados não tenham comentado nada a respeito, vale lembrar que outras duas ações, de menor visibilidade, relacionadas ao esporte na escola estão presentes no Dossiê (BRASIL, 2009d): o projeto “Compartilhe sua Paixão”, competição entre escolas de todo o país ligada ao esporte, à cultura e ao meio ambiente, em diferentes categorias (literatura, música, artes visuais e audiovisuais, e espetáculo) e; o projeto “Jovens Embaixadores”, que visa estimular em estudantes do estado do Rio de Janeiro o estudo dos valores olímpicos e paralímpicos, bem como a cultura dos outros países participantes dos Jogos.

Há ainda outro programa sendo desenvolvido pelo Governo Federal que não consta nas propostas de legado (BRASIL, 2009a; 2009b; 2009c; 2009d; 2009e; 2009f), mas que foi criado em decorrência dos Jogos Rio 2016 – o “Atleta na Escola”. Lançado em 2013 pelo Ministério da Educação (MEC) e do Esporte em parceria com o Distrito Federal, Estados, Municípios, escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, COB, Comitê

Paralímpico Brasileiro (CPB) e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, o programa tem como objetivo

incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos (BRASIL, 2015d).

O “Atleta na Escola” tem sido desenvolvido por meio de duas ações norteadoras: Jogos Escolares – competições divididas em várias etapas (escolar, municipais, estaduais/regionais e nacionais); e Centro de Iniciação Esportiva – acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares (BRASIL, 2015d).

Este programa também é motivo de preocupação. Mascarenhas (2013), por exemplo, na matéria sobre o “Atleta na Escola”, em seu blog, demonstrou receio quanto aos possíveis impactos desta e de outras ações do Governo Federal na Educação Física escolar, tais como o retorno da hegemonia do esporte como conteúdo desta disciplina e a volta do discurso da escola como base da pirâmide esportiva.

O Comitê Rio 2016 também está desenvolvendo um programa de educação chamado “Transforma”, prometendo que este será um dos principais legados dos Jogos. O programa tem como meta promover os valores Olímpicos e Paralímpicos, a vivência de novos esportes e o engajamento nos Jogos entre os estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro. Estas ações ocorrem via convênio com secretarias municipais. Há ainda outra ação disponível para todos os interessados do programa que oferece material didático online sobre os Movimentos Olímpico e Paralímpico (como história, Jogos, simbologia e valores), bem como sugestões atividades esportivas (RIO 2016, 2015).

Reconhecemos que há diversos outros projetos esportivos sendo desenvolvidos em decorrência dos Jogos Rio 2016, entretanto, optamos por nos centrar apenas naqueles que foram apresentados na ocasião da candidatura e/ou que estão sendo desenvolvidos pelo governo federal e pelo COB.

A melhoria da infraestrutura esportiva no âmbito escolar também foi mencionada por alguns entrevistados como um possível legado esportivo. Mais

especificamente, eles citaram uma ação do governo brasileiro que visa a construção e/ou reforma de quadras esportivas de escolas públicas estaduais e municipais. Esta ação é uma das propostas presentes no Caderno de Legado Social (BRASIL, 2009b) e no Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009d). De acordo com os documentos, por meio do programa Mais Educação serão investidos “mais de 400 milhões de dólares nos próximos oito anos na construção e reforma de quadras, ginásios, campos e outros espaços esportivos [...] [visando] reduzir o déficit de infraestrutura esportiva na rede pública de ensino” (BRASIL, 2009b).

Há, no entanto, algumas preocupações com relação à proposta acima. Um dos entrevistados apontou ser importante uma consulta à comunidade escolar no sentido de identificar se esta ação seria de interesse das mesmas. Esta atitude é fundamental para a construção de legados positivos e duradouros. Discutiremos ela mais adiante.

Acho que é bom, por outro lado, eu penso que nem todas as escolas precisam, necessitam de uma quadra. [...] Consultar [...] toda a comunidade escolar sobre a necessidade ou não desse tipo de espaço é importante. (“Jorge”, 2013)

Embora apenas 30,2% das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil possuam quadras esportivas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2013), existe uma preocupação de que as escolas tenham outras prioridades do que a construção dessas estruturas.

Num país com tantas deficiências educacionais, com tantas deficiências estruturais nas escolas, exigir que a escola que não tem sala de aula, não tem giz e paga mal o professor, exigir que ela tenha instalações esportivas adequadas, parece que é também atropelar uma necessidade que talvez fosse secundária. [...] Hoje, muitas escolas de periferias dos grandes centros não têm sequer estrutura para funcionar uma sala de aula, quanto mais para ter uma quadra, uma piscina ou uma pista olímpica. (José Carlos Marques, 2013)

Considerando a proposta de construção de quadras em escolas, Lucena (2013) aponta que a priorização da utilização de quadras esportivas durante as aulas de Educação Física pode determinar as práticas corporais que serão realizadas, reduzindo essa disciplina “às práticas esportivas coletivas que mais bem se adaptam ao espaço físico proposto pela quadra poliesportiva, com linhas e espaços definidos pela ordem esportiva” (LUCENA, 2013, p. 52).

Conforme discutimos anteriormente, a hegemonia do esporte enquanto conteúdo da Educação Física escolar é problemática, pois pode impossibilitar que os alunos tenham acesso ao conhecimento de outras práticas corporais.

Tendo em vista as preocupações dos entrevistados com relação ao impacto dos Jogos na escola, a partir de programas e ações que foram propostas e/ou que estão sendo desenvolvidas no interior desta instituição, podemos observar que o maior problema não está no fato de haver competições escolares ou de a escola revelar talentos, mas sim na utilização da escola e das aulas de Educação Física prioritariamente para este fim. Este modelo de seleção de poucos e exclusão de muitos estaria contrariando os princípios da instituição escolar. Discutiremos esta questão a seguir.

O sistema esportivo (ex.: Ministério do Esporte e COB), e outras instituições externas à escola (ex.: Organizações Não-Governamentais – ONGs – e mídia), têm promovido ações e/ou influenciado as atividades que ocorrem no interior da instituição escolar, tanto nas aulas de Educação Física quanto no contraturno. Em muitos casos, essas instituições disseminam princípios contrários aos da escola. O entrevistado a seguir expressa essa problemática:

[Os megaeventos esportivos] geralmente demandam ações para a escola ou às vezes a escola se relaciona com estes eventos de uma maneira exógena. O evento vem e de certa forma pauta uma ação para a escola. [...] A gente tem relatos, por exemplo, [...] de ONGs que propõem uma ação educativa por meio do esporte [...] no contraturno da escola, [...] com as perspectivas de se pensar um legado esportivo vinculado ao discurso dos Jogos [...] e que de certa forma apresenta uma outra dinâmica de pensar o ensino do esporte que as vezes se contrapõe ao modo como o professor cotidianamente trabalha na escola. (Admir de Almeida Júnior, 2013)

Além de ações realizadas por ONGs, o entrevistado ainda destacou que a ampliação do programa Segundo Tempo articulado com o Mais Educação (que resultou na ação “Esporte da Escola”) também é uma demanda externa à escola. Outro programa que “vem de cima para baixo” é o “Atleta na Escola” (MASCARENHAS, 2013).

É fato, portanto, que a relação entre Educação Física escolar/escola e o esporte (sistema esportivo) sempre foi cercada de muitos desentendimentos (LUCENA, 2013) e continua sendo motivo de debate (GRUNENVALDT; KUNZ, 2013), especialmente com a realização de megaeventos esportivos no

país. Com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão dessa relação, Bracht e Almeida (2003; 2013) alertam que é preciso reconhecer as disparidades existentes entre os códigos e valores do sistema esportivo e do educacional.

O sistema esportivo trata especificamente do fenômeno “esporte”, este que, segundo a legislação, é compreendido a partir de três manifestações: educacional, participação e rendimento¹³. Embora o esporte possa ser trabalhado na escola a partir dessas diferentes abordagens, Bracht e Almeida (2013) afirmam que, ao se incorporar a Educação Física escolar ao sistema esportivo, o modelo a ser seguido tende a ser o do esporte de alto rendimento, manifestação mais conhecida socialmente, e não o do esporte enquanto atividade praticada no tempo de lazer, promotora de saúde e sociabilidade. A manifestação do alto rendimento, segundo estes autores, se caracteriza pela:

comparação de *performances* por meio de competições, busca do *record*, definição clara entre vitoriosos e perdedores, especialização nas provas e esportes. Isso significa que esse tipo de prática exige, hoje, dedicação exclusiva para alcançar desempenhos relevantes; em vários casos, um início de preparação em idades muito precoces, com tecnologia específica para se obter grandes *performances*, equipamentos de alta tecnologia e especializados, elevada seletividade (apenas alguns possuem “talento” necessário e estão dispostos aos sacrifícios inerentes à busca de ótimos desempenhos), entre outros. O esporte de alto rendimento é, em suma, atividade de poucas e seletas pessoas, ou seja, de uma “elite” (BRACHT; ALMEIDA, 2013, p. 136).

¹³ Segundo a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais sobre desporto e dá outras providências, mais conhecida como Lei Pelé, o esporte é reconhecido a partir de suas diferentes manifestações:

I - desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo as disposições da [Lei nº 9.615, de 1998](#), e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações.

O desporto educacional pode constituir-se em:

I - esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, co-educação e responsabilidade; e

II - esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde (BRASIL, 2013).

Os aspectos citados acima são fundamentais para a formação de um atleta, mas o que tem se questionado e criticado é a adoção desse modelo nas atividades realizadas na escola, tal como aponta o entrevistado a seguir:

Transformar as aulas de Educação Física em base do sistema esportivo, no sentido de iniciação esportiva, [...] tem que ser criticado. A lógica do sistema esportivo é excludente, é de eliminação. A escola tem que trabalhar na lógica da inclusão e da não eliminação. (Otávio Tavares, 2013)

Portanto, priorizar a manifestação do esporte de rendimento bem como a formação de atletas nas aulas de Educação Física e no contraturno, significa ir contra alguns dos princípios da escola, dentre eles a inclusão (DAOLIO, 2013; LUCENA, 2013). A adoção desse modelo nega “outras possibilidades de trato pedagógico do esporte” (MASCARENHAS, 2013), além disso,

nega-se também a oportunidade de acesso dos alunos a outras modalidades esportivas em detrimento de apenas uma; nega-se o conhecimento crítico do esporte em nome da prática de modelos mostrados pela mídia; nega-se a busca de sentimentos de prazer na prática esportiva; nega-se a possibilidade de crítica e transformação do esporte nas aulas, que faz com que a prática esportiva escolar seja diferente daquela praticada fora da escola; nega-se a socialização entre os alunos por meio da prática esportiva; nega-se um conhecimento mais amplo sobre o esporte na sociedade etc. (DAOLIO, 2013, p. 130)

Em síntese, o entrevistado a seguir aponta as principais preocupações com relação ao trato do esporte na escola:

Os Jogos têm trazido legados ruins. [...] Nós tínhamos avançado bastante na Educação Física escolar, no reconhecimento de ser papel dela trabalhar, de forma pedagógica, elementos constitutivos da cultura corporal, jogos, danças, ginásticas, [lutas] e o esporte também. Os Jogos fizeram com que voltasse a ideia, a tese de caber à Educação Física escolar o lidar quase que exclusivamente com um de seus conteúdos, que é o esporte. Então está havendo um processo de esportivização de uma educação física que já tinha superado essa fase e uma esportivização vinculada ao parâmetro do alto rendimento. Então a escola como espaço de detecção de talentos, de treinamento esportivo, e isso é ruim. Escola não serve para isso. Educação Física escolar tem que ter um outro sentido, um outro objetivo. (Lino Castellani, 2013)

De acordo com a maioria dos entrevistados, a Educação Física escolar tem o papel de tratar de todos os conteúdos da Cultura Corporal de Movimento – jogo, ginástica, dança, luta e esporte. Ou seja, ela deve tratar da cultura

acumulada pela humanidade no que se refere às práticas corporais. Essa tarefa da Educação Física começou a ser reconhecida em meados da década de 80, quando um grupo de pesquisadores passou a questionar o esporte enquanto conteúdo hegemônico da Educação Física. Esse movimento resultou, dentre outros, na publicação do livro “Metodologia do Ensino de Educação Física”, uma importante obra para a Educação Física, produzida pelo Coletivo de Autores (1992), do qual o entrevistado acima – Lino Castellani Filho – foi um dos seis autores participantes. A partir desse movimento entende-se que a instituição escolar, enquanto parte do sistema educacional, tem a função de garantir à toda a população, sem discriminação, o acesso à cultura produzida historicamente pela humanidade (BRACHT; ALMEIDA, 2013).

De acordo com a corrente mencionada acima, o esporte é, portanto, apenas um dos conteúdos da Educação Física escolar, não podendo ser confundido com ela (MASCARENHAS, 2012). A restrição do conteúdo da Educação Física ao esporte impossibilita que os alunos tenham conhecimento de outras práticas corporais (BRACHT; ALMEIDA, 2003; DAOLIO, 2013; MASCARENHAS, 2013; SILVA, 2013).

No contraturno escolar, diferentemente da Educação Física, é possível abordar diferentes conteúdos além do esportivo, tais como teatro, música, pintura, reforço escolar e informática. É preciso lembrar que na escola, a Educação Física enquanto disciplina curricular, deve estar vinculada ao Projeto Político Pedagógico (PPP)¹⁴ da mesma. Já as propostas de práticas esportivas desenvolvidas no contraturno podem tanto fazer parte de um programa de educação em tempo integral, na qual todas as atividades devem estar em consonância com o PPP, quanto podem se constituir em ações isoladas, de responsabilidade de instituições externas à escola, que ocorrem em determinados dias da semana e não precisam ser obrigatoriamente vinculados ao PPP.

¹⁴ O Projeto Político Pedagógico (PPP) “vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas [...]. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político [...]. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (VEIGA, 1995, p. 12-13).

As diferenças entre o trabalho desenvolvido pelos sistemas educacional e esportivo e por outras instituições, tal como as ONGs, são evidentes. Elas passam a representar um problema para a Educação Física escolar, e para o esporte na escola em geral, a partir do momento em que o sistema esportivo e demais instituições externas à escola determinam as ações a serem desenvolvidas na mesma e acabam levando consigo seus valores, por vezes diferentes aos da instituição escolar.

Tendo em vista as críticas proferidas anteriormente, vários dos entrevistados destacaram que o esporte, ao adentrar na escola, não deve seguir os princípios do sistema esportivo, mas deve adotar uma forma própria de trato com o esporte, condizente com os princípios do sistema educacional. Portanto, a crítica ao modo como o esporte muitas vezes tem sido trabalhado na escola não tem como objetivo promover a sua exclusão da mesma (BRACHT; ALMEIDA, 2003; 2013), mas reforçar que “ao ‘absorver/incorporar’ o esporte, a Educação Física Escolar precisaria ‘pedagogizar’ essa prática social” (BRACHT; ALMEIDA, 2013, p. 136). Isso significa, “tematizá-lo nas suas múltiplas manifestações e no sentido de promover uma ampla ‘alfabetização esportiva’” (BRACHT; ALMEIDA, 2013, p. 137).

Com relação à crítica ao esporte na escola, Bracht e Almeida (2003, p. 96-97) alertam ainda que:

Advogar tal postura não corresponde a negar o esporte como elemento de ensino da EF. Criticar o esporte não significa ser contrário à sua aprendizagem. Tratá-lo criticamente nas aulas, e aqui reside outro equívoco, não quer dizer ser contra as técnicas desportivas ou negá-las; da mesma forma, grassou o entendimento de que, ao lhe darmos um trato crítico, estaríamos prescindindo do movimento em favor da reflexão (o importante é fazer este acompanhar aquele). Portanto, nossa defesa não é por sua abolição das aulas, mas sim por um trato pedagógico do esporte – analisando o tipo de educação veiculado por uma ou outra forma de manifestação esportiva – para que se torne educativo numa determinada perspectiva (crítica) de educação.

Apesar de acreditarem que o movimento de crítica ao esporte na escola está fraco atualmente, talvez por conta da realização dos megaeventos esportivos no país, Vaz e Bassani (2013, p. 98) apontam alguns efeitos indesejáveis deste movimento tais como, a negação à técnica, “como se uma prática corporal fosse possível sem ela”, e ao seu aperfeiçoamento, o que

impede que a prática esportiva se torne mais “interessante, complexa, rica e desafiadora”. Os autores, entretanto, complementam essa posição afirmando que “conhecer um esporte não significa apenas aprender a praticá-lo, assim como uma experiência esportiva não se limita – e não pode se limitar – à busca incessante de um melhor rendimento objetivamente observável.” (VAZ; BASSANI, 2013, p. 98).

Daolio (2013) defende que o esporte na escola não deve enfatizar a dimensão competitiva, mas sim a do lazer. Este deve

incorporar outros códigos e valores humanos que não estão presentes no esporte de rendimento, tais como a preocupação com a saúde, o bem estar, o prazer da prática, a socialização, a criatividade, o rico encontro entre seres humanos, o riso etc. (DAOLIO, 2013, p. 131-132).

Considerando os aspectos discutidos até então (percepção dos entrevistados e propostas de programas), podemos observar que grande parte das ações propostas para a escola relacionadas com o esporte, principalmente no que se refere ao contraturno escolar, são ações que não estão conectadas ao seu PPP, sendo orientadas, em grande parte, pelo Ministério do Esporte e pelo COB. A partir disso, uma das maneiras de se evitar que outras instituições determinem como o esporte deve ser tratado na escola, segundo um de nossos entrevistados, é fazer com que as ações estejam vinculadas ao PPP da mesma, seguindo os princípios desta instituição. Mas, antes disso, é preciso que haja um debate mais amplo para se definir o papel do esporte na escola, tal como sugere a entrevistada a seguir:

O Ministério do Esporte e da Educação tinham que fazer um debate com a comunidade acadêmica e com a rede de professores de educação física para discutir qual que é o espaço do esporte na escola e como que deveria ser uma prática esportiva que poderia não só possibilitar uma aprendizagem para um futuro vínculo de atleta, mas que poderia também possibilitar uma prática esportiva para que aqueles que não quisessem ser atletas, eles pudessem ser expectadores ativos, conhecedores da prática esportiva e pudessem se utilizar das práticas esportivas nas suas horas de lazer. Tanto do ponto de vista da sua participação como um praticante, mas também da sua capacidade de compreensão do que produzido sobre o esporte, seja os espetáculos esportivos, ou seja, as próprias matérias jornalísticas para ver se a gente conseguiria elevar um pouco o nível dos nossos, da nossa população, o nível do seu conhecimento esportivo. (Heloisa Reis, 2013)

Reconhecemos que essa discussão é realizada frequentemente em diversos espaços e por diferentes agentes. Mascarenhas (2012, p. 58) destaca algumas ocasiões em que essa questão foi debatida de forma institucionalizada:

O I ENGE [Encontro Nacional de Gestores de Educação] foi organizado pelo próprio MEC, em 2004, com a colaboração do ME, propondo a retomada da discussão sobre a educação física escolar no âmbito federal. Atendendo as demandas deste encontro, foi criado um grupo de discussão sobre a Educação Física escolar, coordenado pelo MEC e com a participação de representantes do ME, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e de pesquisadores da área. Por conseguinte, o grupo apontou para a necessidade de dar continuidade às discussões. Foi construído então em 2006 o II ENGE, em Brasília, buscando aprofundar o debate sobre Educação Física escolar e viabilizar o diálogo entre os sistemas públicos de educação e os pesquisadores da área.

Este último Encontro resultou no documento “Carta de Brasília” que, infelizmente, não foi divulgada pelo MEC e pelo ME (MASCARENHAS, 2012). Este documento

além de sistematizar um conjunto de diretrizes de ação para a qualificação da Educação Física Escolar - identificando os desafios para os agentes e o pessoal da educação básica, das universidades e do MEC ante tal propósito -, problematizou a pseudovalorização da Educação Física conduzida pelas políticas do ME e questionou a ingerência do CONFEF no âmbito da escola (MASCARENHAS, 2012, p. 58).

Mais tarde, em 2009, foi realizado o “Seminário Educação Física e Esporte Escolar: da formação a competição”, pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que resultou no “Documento preliminar indicativo para ações de políticas públicas para Educação Física e esporte escolar”¹⁵. Este, no entanto, tem seus preceitos opostos aos da “Carta de Brasília” como, por exemplo, menções que nos remete a ideia de pirâmide esportiva, a questão do esporte e da Educação Física como sinônimos e o equívoco em dizer que o responsável pelas aulas de Educação Física escolar é o profissional e não o professor de Educação Física (MASCARENHAS, 2012).

¹⁵ Este documento pode ser acessado no link: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4925>> Acesso em: 27 jan. 2015.

O entrevistado a seguir, critica a forma com que as decisões têm sido tomadas e aponta ainda a necessidade de se chamar pesquisadores para debater o papel do esporte na escola, ao invés de continuar formulando políticas para o esporte educacional com representantes do sistema esportivo.

A gente precisa [...] ter uma política que ofereça condições para [...] a gente ir estruturando o esporte com essas dimensões que eu te falei [esporte: de alto rendimento; escolar; para adultos não atletas; para crianças; para mulheres; e para portadores de necessidades especiais], e que hoje não existe, e quando existe são essas coisas ali que o cara vai dizer “olha, o Segundo Tempo já não deu certo, então nós vamos tentar o Terceiro Tempo, mas olha, agora sim a gente vai dar certo”. Mas eles nunca chamaram, por exemplo, as pessoas do CBCE que discutem o esporte e escola, mas eles estão formulando esses projetos junto com o que, com os dirigentes das confederações, das federação e confederação e que são exatamente essas elites que estão encasteladas há 50 anos e que representam esses interesses que são antipopulares. Então é óbvio que é mais uma política pública que não tem sentido nenhum para o nosso país, é um modismo. (Paulo Capela, 2013)

Sobre isso, Bracht e Almeida (2013) defendem que as políticas para o esporte escolar sejam de responsabilidade das autoridades educacionais – Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais, e da própria escola – podendo ser em parceria com outras instituições, como o sistema esportivo, mas sempre a partir das especificidades do sistema educacional. Na mesma linha, Mascarenhas (2012, p. 60) destaca que “os objetivos da Educação Física devem ser os objetivos da escola e não de políticas e interesses transitórios e externos à sua realidade, como o demandado pelos megaeventos esportivos, em especial, pelo projeto olímpico”.

Mas qual deveria ser o papel da escola frente à realização dos Jogos Rio 2016 e como a Educação Física deveria tratar do conteúdo esportivo com vistas a construir um legado esportivo positivo, a partir da realização desse megaevento, sobretudo no que se refere à construção de uma cultura esportiva de melhor qualidade? Grunennvaldt e Kunz (2013) defendem que para se atingir legados esportivos positivos na escola é preciso que a mesma assuma uma posição entre o envolvimento e o distanciamento. Conforme apontam Bracht e Almeida (2013, p. 139), isso significa que a Educação Física escolar

não pode ignorar o fato da realização dos megaeventos e a grande mobilização popular que eles promovem, no entanto, seu engajamento no processo não pode ser de simples adesão

entusiasmada e eufórica – é preciso pensar a partir da lógica dos megaeventos, assumindo a tarefa de preparar nossos alunos para eles. Predispor os discentes para esses megaeventos significa ampliar os seus conhecimentos sobre o fenômeno esportivo, e isso envolve tanto o aprendizado dos esportes no sentido de sua prática, suas regras, suas características e lógicas internas, como a compreensão do significado cultural, político e econômico do esporte de uma maneira geral e dos megaeventos em particular.

Considerando as diferentes possibilidades de abordar o conteúdo esportivo, como apontam os autores acima, um de nossos entrevistados, que trabalha com a formação de professores de Educação Física no âmbito escolar, afirmou que durante a realização de megaeventos esportivos os professores de Educação Física escolar tendem a abordar o esporte a partir da reprodução dos jogos, por meio de campeonatos e vivências práticas das modalidades. A partir disso, ele ressaltou a importância de se utilizar dos Jogos como um meio para se promover uma aprendizagem esportiva dos alunos tanto em conhecimentos práticos quanto teóricos.

Há um sentido crítico [...] além de praticar, além de conhecer, que é a função da escola. Uma série de jogos, de modalidades esportivas, que são desconhecidas para grande parte dos alunos, pode ser uma temática interessante para apresentar, proporcionar a vivência [das mesmas] [...] e, a partir disso, refletir e criticar se essa prática experimentada de maneira adaptada, se ela se assemelha à prática que viu na televisão. Qual é o distanciamento do chão da escola para aquela prática institucionalizada, normatizada, o alto grau de esportivização daquela prática nos Jogos Olímpicos? E ao mesmo tempo o que é possível o aluno fazer no seu cotidiano, seja dentro da escola, seja fora da escola? Então é essa uma possibilidade interessante, apresentar a vivência e apresentar a possibilidade de modificação. (Sérgio Chaves, 2013)

A oportunidade de potencializar a relação teoria-prática, ou seja, de abordar os temas da “Cultura Corporal de Movimento”, dentre eles o esporte, não apenas a partir de sua vivência prática, mas também através de seu conteúdo cultural, social, histórico e biológico também foi citado por Silva (2013).

Apesar das diversas críticas relacionadas à priorização do conteúdo esportivo sobretudo a partir da sua vivência prática, a escola se constitui em um dos espaços mais importantes para a democratização do acesso à prática esportiva, principalmente no que se refere à crianças e jovens.

Não pretendo que o esporte seja o conteúdo hegemônico da Educação Física, mas ele tem que retornar para a Educação Física, em muitos lugares ele saiu. [...] Esse é um outro legado. Porque a escola brasileira [...] [é] a instituição mais democrática, a melhor instituição no sentido [...] da democratização do acesso. Então se as nossas aulas de Educação Física não possibilitarem o ensino de uma prática corporal tão importante [...], onde é que nossas crianças vão aprender esportes? (Heloisa Reis, 2013)

A ausência do conteúdo esportivo na escola pode não despertar nos alunos o interesse em utilizar a prática esportiva nos seus momentos de lazer. Conforme apontaram alguns entrevistados, a escola poderia aproveitar o momento da realização dos JO-PO para promover um maior interesse dos alunos pela prática esportiva e pela utilização da mesma nos seus momentos de lazer. Daolio (2013) e Silva (2013) reforçam estas ideias afirmando que a Educação Física escolar deve proporcionar conhecimento e promover o gosto dos alunos pelo esporte, para que eles optem por usufruir do mesmo nos seus momentos de lazer ao longo de suas vidas, tanto como espectadores e consumidores críticos do esporte, quanto como praticantes. Isto, segundo estes autores, pode ser potencializado com a vinda dos megaeventos para o país. Silva (2013) acrescenta ainda que o que as pessoas fazem no tempo de lazer está relacionada à suas experiências vividas e que geraram satisfação. Isto reforça ainda mais o papel da Educação Física no sentido de promover experiências positivas com o esporte desde a infância.

A ausência do esporte na escola também pode dificultar o interesse das crianças pela sua profissionalização no mesmo.

Um grande problema é que a falta de práticas esportivas nas escolas brasileiras [...] leva a um número muito pequeno de adolescentes que queiram se especializar no esporte, porque eles não chegam a ter acesso à prática na escola e tendo um desconhecimento total e [...] nenhuma vivência em alguma prática esportiva [fica difícil a criança ter interesse em se tornar atleta]. (Heloisa Reis, 2013)

Embora o papel da Educação Física não seja o de promover campeonatos e o de formar atletas, o entrevistado a seguir afirma que isso não impede que os professores promovam competições esportivas e que identifiquem talentos esportivos.

Não vejo problema, por exemplo, que na escola se faça pequenas Olimpíadas, que se fomente a competição segundo regras e

princípios do esporte escolar [...]. Penso que isso pode [...] despertar um futuro atleta [...]. Agora, a escola não pode se tornar um pequeno centro de captação de atletas. (“Jorge”, 2013)

O entrevistado acima e outros pesquisadores (BRACHT; ALMEIDA, 2013) defendem que nos casos em que os professores identifiquem alunos que demonstrem interesse e potencial pela especialização esportiva, os mesmos “podem/devem ser encaminhados para instituições específicas para que possam melhor desenvolver esse potencial” (p. 137).

Eu não vejo nenhum problema em uma professora ou professor de Educação Física ao perceber que entre seus alunos há alguém que tem a possibilidade de vir a ser um atleta que faça um encaminhamento dessa pessoa para o clube, para a escola da prefeitura. (“Jorge”, 2013)

Além da possibilidade de promover a vivência prática do esporte, Sérgio Chaves aponta a possibilidade de os professores de Educação Física se utilizarem da ocasião de preparação e realização dos Jogos para desenvolver uma consciência crítica de seus alunos em relação à realização dos megaeventos no país, no sentido de instigar a reflexão sobre os diferentes pontos de vista e não se limitar a reproduzir os discursos da mídia ou fazer críticas sem fundamentação.

É um momento crítico de formação, de conscientização dos alunos, das crianças, dos adolescentes, dos futuros professores, dos professores em formação [...]. A função de um professor [é] apresentar diferentes possibilidades, diferentes visões de um mesmo tema, para que os próprios alunos entrem no debate e que consigam argumentar, construir as suas formulações [...] [e] não embarcar necessariamente em um discurso que prevê um momento lindo, magistral e que só tem coisas positivas. [...] Uma formação crítica e cidadã passa por isso, estar atento a esses diferentes elementos que compõe essa realidade que é muito mais complexa do que alguns discursos midiáticos. (Sérgio Chaves, 2013)

Tratar criticamente o esporte no âmbito da escola significa, dentre outras coisas, promover um senso crítico em relação à mídia e suas representações. Ou seja, capacitar os alunos para “discernir o que é útil e o que deve ser criticado nas informações esportivas oriundas da mídia” (DAOLIO, 2013, p. 132), confrontar e questionar informações, e se posicionar em relação à determinadas temáticas (PIRES, 2007; SILVA, 2013).

Parte do que foi discutido pelos entrevistados com relação às possibilidades de legado para a Educação Física escolar tem relação com a mídia televisiva. Esta que, no Brasil, tem assumido um papel importante na formação cultural (BETTI, 1998; VAZ; BASSANI, 2013) e na educação (DANTAS JUNIOR, 2013) de crianças, jovens e adultos. Atualmente a televisão tem concorrido com a escola (VAZ; BASSANI, 2013) e com a família “enquanto fonte de formação de valores e atitudes”, além de estar sendo considerada um problema educacional que necessita de uma maior atenção da instituição escolar (BETTI, 1998, p. 5).

Como já dissemos na seção anterior, a mídia enquanto produtora da cultura tem contribuído para com a formação de consumidores acríticos do esporte. Segundo Silva (2013), permitir que os alunos reproduzam sem reflexão as informações referentes ao esporte produzidas e transmitidas pela mídia pode ser um dos impactos negativos dos Jogos Rio 2016 para a Educação Física escolar.

Tendo em vista a hegemonia da mídia na construção da cultura esportiva, Pires (1997) aponta que a Educação Física pouco tem interagido com ela e, quando a faz, essa interação tende a ser polarizada: ou a adesão a ela é feita pela reprodução de suas representações ou então pela crítica ao seu poder controlador. Ou, simplesmente essa interação não ocorre, ignorando completamente o seu papel na sociedade atual. Diante disso, o autor defende que a Educação Física deve “buscar formas de reflexão/intervenção nas suas diversas áreas de ação prática [...], a fim de levar seus alunos a inserirem-se na cultura esportiva de forma crítica” (PIRES, 1997, p. 38).

Diversos autores defendem a importância de discutir criticamente o fenômeno esportivo com os alunos e de formar sujeitos autônomos (BETTI, 1998; BRACHT; ALMEIDA, 2003; 2013; DAOLIO, 2013; PIRES, 1997; PIRES; SILVEIRA, 2007; VAZ; BASSANI, 2013). Segundo Pires (no prelo¹⁶ *apud* PIRES; SILVEIRA, 2007, p. 36-37), educar com/para o esporte, a fim de formar sujeitos críticos e autônomos, implica, dentre outras possibilidades:

¹⁶ PIRES, G. L. O “jogo esportivo” como ação socioeducativa. In: ROCHA, J. C. (Coord.). **Esporte e lazer**. Brasília: SESI-DN (Coletânea didática sobre lazer, Caderno n. 8) (no prelo). Procuramos localizar esta referência para fazermos a citação direta. No entanto, ela aparentemente não foi publicada.

- a) a fruição lúdica e prazerosa do *jogo esportivo*, na forma das diferentes modalidades e possibilidades de experiências no e com o esporte;
- b) a aprendizagem social e ética do convívio com o outro, com o diferente, numa perspectiva de reconhecimento e respeito à alteridade;
- c) a experiência e a educação estética para reconhecer e admirar a plástica dos movimentos no esporte;
- d) a satisfação pessoal/subjetiva de enfrentar desafios por meio da prática esportiva, e aprender sobre limites e possibilidades de superação;
- e) o conhecimento sobre a dinâmica esportiva, seus códigos, regras, técnicas etc., como praticante e como espectador;
- f) a compreensão crítica dos muitos discursos que perpassam o campo esportivo, inclusive o produzido pela mídia, que tende a se tornar hegemônico e influenciar as demais manifestações culturais do esporte.

Ressaltamos ainda que defender uma formação crítica na Educação Física não significa formar cidadãos que sejam contrários aos discursos produzidos, nesse caso, pela mídia, mas, conforme aponta Pires (1997, p. 38), significa que a Educação Física pode contribuir no sentido de “esclarecer, produzindo cidadãos autônomos, com capacidade para se situar no interior desta cultura, de serem sujeitos na sua construção e no seu consumo”.

Um de nossos entrevistados elencou algumas temáticas possíveis para discussão na Educação Física escolar, visando aproveitar o momento de preparação e realização dos Jogos Rio 2016. Segundo ele essa é a oportunidade para se trabalhar criticamente as especificidades e diferenças entre as manifestações esportivas, no sentido de que o esporte que vemos nos Jogos e na televisão em geral é diferente do esporte que praticamos na escola ou nos momentos de lazer. Como exemplo disso, ele cita falsos discursos que fazem a relação direta entre esporte e saúde.

A criança, o jovem tem que também fazer uma leitura de que a prática esportiva competitiva não tem nada de saudável. Nós temos acompanhado as lesões, a questão do doping. Há uma lógica enfim, mercadológica, de desempenho, de competição exacerbada que passa muito além da discussão da saúde [...]. Então esse tipo de distinção, de situação é a função do professor nesse momento histórico. (Sérgio Chaves, 2013)

Outro perigo relacionado com discursos em prol da realização dos megaeventos é que se reforce a ideia do esporte enquanto um meio de se atingir sucesso profissional, tal como aponta Silva (2013). Segundo a autora,

essa é uma crença que deve ser questionada pelos professores em sala de aula no sentido de alertar os alunos sobre a possibilidade de o esporte de alto rendimento beneficiar algumas pessoas, principalmente aquelas que são “destaque na equipe, na mídia e na sociedade, mas que, por outro lado, há muitas outras cujas expectativas de sucesso por meio do esporte se frustam” (SILVA, 2013, p. 224).

A escola também poderia se apropriar de oportunidades geradas pela mídia, e mais especificamente, pela transmissão dos Jogos Paralímpicos, para debater a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

É muito importante em uma sociedade que se diz, ou que se pretende construir como inclusiva, [...] respeitadora das diferenças [...], apresentar aos alunos essas possibilidades [de inclusão]. [Necessita-se promover] [...] a inclusão de pessoas diferentes em uma sociedade que é composta por todas as diferenças. Então acho que é um momento legal para tematizar as deficiências, as pessoas com deficiência. (Sérgio Chaves, 2013)

Vale destacar que essa foi a única menção feita pelos entrevistados especificamente sobre os Jogos Paralímpicos. Há poucos estudos que se dedicam a essa temática, principalmente sobre o legado dos Jogos. Um dos trabalhos dedicados a apresentar as possibilidades de legado a partir dos Jogos Paralímpicos é o de Porto e Azzini (2013). Os autores apontaram para a oportunidade de promoção de legados tanto para as pessoas com deficiência quanto para a população em geral. Para os primeiros, foram mencionados, dentre outros, a infraestrutura esportiva que será construída para os Jogos Rio 2016, a melhoria e ampliação da acessibilidade, a possibilidade de ver no esporte um meio de reabilitação, inclusão, bem como a oportunidade de se tornar atleta. Para a população em geral, além da oportunidade de ampliação do campo de trabalho, os autores apontaram a possibilidade de modificação do pensamento em relação à deficiência. De acordo com eles a “veiculação [dos Jogos Rio 2016] na mídia e todas as informações que circularão pelo país podem modificar pensamentos, quebrar paradigmas e diminuir preconceitos ainda muito vivos no Brasil” (PORTO; AZZINI, 2013, p. 245). Embora isso possa ser possível a partir das representações construídas pela mídia, há a possibilidade de ocorrer o contrário, ou seja, de a mídia acabar reforçando estereótipos acerca das pessoas com deficiência. Diante disso, é fundamental

tratarmos dessa temática nas aulas de Educação Física a fim de não reproduzir esses discursos.

Outra questão que merece atenção dos professores de Educação Física e que deve ser debatida são os temas relacionados, por exemplo, a gênero, ao racismo e ao doping no esporte.

Durante a transmissão dos Jogos, o professor pode estar atento [...] a uma determinada situação, um determinado atleta que foi pego no exame antidoping, a um atleta que tenha sua sexualidade contestada e precise fazer um teste de hormônios para comprovar que ela é homem, ou [...] [é] uma mulher. Enfim, são temáticas que acontecem no meio esportivo, muito provavelmente acontecerão [...] nessa edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e são motivos de discussão. (Sérgio Chaves, 2013)

Reforçando as ideias mencionadas até então, Betti (1998) sugere algumas possibilidades para se utilizar o discurso midiático como instrumento pedagógico de desenvolvimento crítico dos alunos acerca do fenômeno esportivo:

(1) Incorporar a produção midiática (imagens, vídeos, reportagens, etc.) às aulas. Os conteúdos que podem ser abordados são diversos, vão desde aspectos técnicos e táticos até fisiológicos, sociológicos, econômicos e políticos do esporte. O autor sugeriu algumas temáticas que poderiam ser discutidas, tais como a violência, o doping, bem como sobre os megaeventos esportivos.

(2) Aprender o esporte telespetáculo em si. Essa tarefa implica em “compreender a linguagem específica, aprender a interpretar o discurso da televisão [...] [e] aprender a identificar outros modelos de prática esportiva que não o hegemônico, a partir de contradições contidas no próprio discurso televisivo” (BETTI, 1998, p. 7). A ilusão do telespectador criada pela espetacularização do esporte, a partir dos recursos técnicos empregados, é uma das características da mídia que pode ser trabalhada em aula, mas para isso, o professor deverá ficar atento à mídia. Sobre isso, o autor alerta que o educador deve ter o cuidado para não violentar o prazer do aluno em assistir os espetáculos esportivos na televisão.

(3) Incentivar os alunos a produzirem imagens e textos. A partir disso, os alunos poderão compreender melhor a linguagem da televisão, assim como a

diferença entre jogar, assistir o jogo pela TV, ou assisti-lo de forma presencial no campo de disputa. Isso poderia acontecer, por exemplo, a partir de um trabalho interdisciplinar com as disciplinas de português e educação artística (BETTI, 1998).

Pires (2007) defende esta última opção – produção de mídia – como a melhor ferramenta pedagógica, pois, segundo ele, ela pode “promover a apropriação ativa, crítica e criativa tanto dos instrumentos quanto dos conceitos ligados à mídia” (p. 9).

A tematização dos Jogos Olímpicos a partir da Educação Física escolar em diálogo com outras áreas do conhecimento foi uma das sugestões feitas por alguns entrevistados e autores (VAZ; BASSANI, 2013). A possibilidade de outras disciplinas utilizarem o esporte como um tema transversal poderia contribuir para que, como afirmou Betti (2009) sobre a Copa do Mundo, a Educação Física retomasse esses conhecimentos abordando-os a partir de experiências corporais, que fazem parte da especificidade dessa disciplina.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no país também poderia contribuir para com a formação do torcedor, conforme aponta Silva (2013). A respeito disso, um dos entrevistados comentou o seguinte:

Na Educação Física escolar [...] se poderia educar ou construir uma cultura do torcedor, não só a cultura de alguém que vai fazer práticas esportivas, a cultura esportiva [...]. A Educação Física poderia trabalhar de maneira significativa [...] para fazer um torcedor que conhece as regras, e sabe [...] se o árbitro apitou de maneira adequada ou não, que assiste ao jogo tranquilamente com um torcedor da outra equipe ao seu lado [...] ao invés de lutar com ele [risos], de ser um inimigo [...]. [Ela poderia trabalhar ainda com questões como:] o que é o torcer; qual o papel de um torcedor; qual a diferença entre um torcedor brasileiro e um torcedor europeu; que tipo de coisas poderiam ser aceitas, socialmente falando, em uma torcida; e quais não poderiam ser aceitas. (“Jorge”, 2013)

O pesquisador destacou ainda a importância do papel do poder público na formação do torcedor:

Não vejo outra saída senão programas governamentais, [...] no sentido de promover [...] campanhas educativas que tenham uma base acadêmica, sólida, rigorosa, estudada, que não sejam campanhas educativas meramente pelo senso comum, reproduzido coisas do tipo “ah, não atire uma garrafa no campo”. [...] [e que essas campanhas] se disseminem pelas escolas, pelos clubes, pelas federações e confederações esportivas [e] que não permitam que a

mídia, que as federações esportivas, que Comitê Olímpico digam como deve ser o torcedor, mas sim o Estado brasileiro sustentado pela produção do conhecimento que se realiza nesse país, ele sim ajude a ampliar, divulgar e representar aquilo que produzimos de conhecimento nessa direção. (“Jorge”, 2013)

Os ex-atletas também podem interferir para com essa formação, o que, em alguns casos, pode inclusive ser negativo.

Vou citar o caso do ex-jogador de basquete, Oscar Schmidt, que quando foi comentarista nos Jogos Pan-Americanos [Rio 2007] acabou quase entrando na quadra olímpica [...] incitando a torcida a dizer “cai, cai, cai” para os atletas das outras, e inclusive quando houve uma queda, fazendo uma torcida [...], comemorando como se fosse um gol! (“Jorge”, 2013)

Conforme veicularam diversos sites da internet, o ex-atleta e também comentarista da TV Globo na ocasião, estava na arquibancada torcendo contra os atletas de outros países, e quando estes estavam realizando suas séries ele gritava frases como, por exemplo, “vai cair”, “vai escorregar”. Essa atitude foi reprovada tanto por atletas brasileiros da ginástica artística quanto por torcedores. Esse fato tende a reforçar a crítica feita anteriormente sobre ex-atletas enquanto comentaristas, o que acaba não contribuindo para a construção de uma cultura esportiva de maior qualidade.

A atitude de Oscar Schmidt reforça uma educação antiesportiva por parte da torcida, bem como representa uma inexistência do princípio da alteridade, o que contradiz os ideais do olimpismo¹⁷ - algo inconcebível em um país que sediará os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (DANTAS JUNIOR, 2013). Além disso, embora os discursos do COI, da mídia e da própria escola acerca dos ideais olímpicos permaneçam, o que tem se observado são atitudes como estas, que Hobsbawm (2007 *apud* DANTAS JUNIOR, 2013) chamou de migração do sentimento nacionalista para o comportamento xenofóbico – “uma ação condenável, porém retroalimentada por narradores e comentaristas esportivos brasileiros que desconhecem as fronteiras entre os dois sentimentos” (DANTAS JUNIOR, 2013, p. 42).

Vaz e Bassani (2013) acreditam que o momento da realização de megaeventos esportivos no país poderia ser utilizada pela Educação Física

¹⁷ Olimpismo se refere “ao conjunto de valores pedagógicos e filosóficos do Movimento Olímpico, e não aos aspectos formais e/ou burocráticos que sustentam a instituição e o fenômeno olímpico.” (RUBIO, 2009, p. 75)

para combater o nacionalismo e a xenofobia. Precisamos ainda, “ao operar tal recusa, concorrer à crítica à indústria do entretenimento, que tem nesses sentimentos um forte mobilizador.” (VAZ; BASSANI, 2013, p. 93).

Em síntese, a escola poderia aproveitar a realização dos Jogos Rio 2016 para promover o interesse e o gosto dos alunos pela prática esportiva e sua utilização nos momentos de lazer ou interesse em se especializar em alguma modalidade, bem como deveria se apropriar das informações veiculadas pela mídia, discuti-las, analisa-las, critica-las e ressignifica-las com os alunos visando a ampliação de seus conhecimentos acerca do fenômeno esportivo, ao invés de apenas reproduzir a cultura construída e transmitida pela mídia que, por sua vez, reproduz os valores hegemônicos da sociedade. A escola precisa ainda, conforme apontam Vaz e Bassani (2013, p. 96) se contrapor à “cultura do entretenimento. Ou então, a educação física escolar não tem razão de existir”.

3.3 O ESTADO E A CULTURA ESPORTIVA

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos se constitui em uma oportunidade para se promover um maior interesse da população para o engajamento em práticas esportivas, tal como aponta o entrevistado a seguir:

Por serem os Jogos Olímpicos compostos de diversas modalidades esportivas, durante a realização destes ocorre um maior interesse da população para com a prática esportiva, podendo esta ser voltada ao lazer e/ou ao rendimento desportivo. (Marcus Tartaruga, 2013)

Alguns dos entrevistados, apesar de apontarem para um possível legado nesse sentido, se demonstraram pessimistas quanto à efetivação do mesmo, tendo em vista o exemplo dos Jogos de Londres 2012. Este que apesar de ter como um dos objetivos “inspirar uma geração”, ou seja, ampliar os níveis de atividade física e esporte da população até 2012 (DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT, 2007 *apud* SOUZA; PAPPOUS, 2013), não apresentaram aumentos significativos no número de praticantes, conforme apontam Coakley e Souza (2015, no prelo), em um levantamento da literatura sobre o assunto.

Apesar de a mídia e a escola terem papel fundamental na promoção de um maior engajamento da população em práticas esportivas, conforme já discutimos anteriormente, alguns dos entrevistados destacaram que ações mais amplas e efetivas por parte do poder público são necessárias para que esta possa se constituir em um dos legados esportivos em decorrência dos Jogos Rio 2016.

Embora a transmissão midiática das partidas disputadas nos Jogos, bem como a divulgação das informações sobre os mesmos possam promover o gosto e o interesse pelo engajamento em práticas esportivas, essa motivação tende a não se sustentar no longo prazo (COALTER, 2004; PAPPOUS, 2011; SOUZA; PAPPOUS, 2013; UK SPORT, 2011). De acordo com Souza e Pappous (2013), não existem na literatura estudos conclusivos apontando uma relação direta entre a realização de megaeventos esportivos e o aumento sustentável dos níveis de atividade física da população. Há poucos estudos que se propuseram a fazer esta correlação e, dentre estes, a maioria teve as suas metodologias questionadas (COALTER, 2004; SOUZA; PAPPOUS, 2013; SOUZA *et al.*, 2015, no prelo). É difícil estabelecer uma correlação entre estes fatores porque muitas variáveis interferem com uma possível mudança de comportamento neste sentido (COALTER, 2004; SOUZA; PAPPOUS, 2013; SOUZA *et al.*, 2015, no prelo).

De acordo com alguns entrevistados, para que de fato se possa promover um legado no sentido da promoção dos níveis de atividade física e esportiva por parte da população, seria necessária a consolidação de políticas públicas que garantam o acesso à essas atividades. Ou seja, para que haja um efeito de longo prazo, é necessário que haja planejamento e ações voltados para a concretização desta meta (COALTER, 2004; DONNELLY *et al.*, 2008; SOUZA *et al.*, 2015, no prelo).

O primeiro desafio é tanto no âmbito da consolidação das políticas públicas de esporte quanto [...] da materialização destas ações para a população é a compreensão do esporte como um direito [...] da prática esportiva. [...] Existe uma dificuldade no âmbito da organização das políticas públicas de constituir um lastro na população de uma relação mais orgânica com a prática esportiva, com o fenômeno esportivo. (Admir de Almeida Júnior, 2013)

O esporte é um direito social, tal como consta na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), mas para que isto se efetive, o Estado necessita promover condições de acesso ao mesmo, independentemente da realização, ou não, de megaeventos esportivos. Os Jogos, no entanto, seriam uma oportunidade de potencializar ações na busca de efetivação desse direito, conforme apontaram alguns dos entrevistados.

O que nós precisaríamos é, dentro desse modelo societário, começar a construir mecanismos que cada vez mais apontem a possibilidade do esporte ser de fato visto e tido como direito social. Não basta ele estar na Constituição [...]. Eu preciso fazer com que aquilo ganhe vida e de fato eu possa ter acesso a saúde, a educação, a cultura, ao esporte, como direitos constitucionais do meu país, e se é direito, Estado, governo, tem que construir políticas que garantam o exercício desse direito. (Lino Castellani Filho, 2013)

Enquanto alguns entrevistados acreditam que os Jogos Rio 2016 poderiam se constituir em possibilidade de democratização do acesso ao esporte, um deles lembrou que os mesmos podem inclusive dificultar esse avanço.

Com megaeventos ou sem megaeventos, a gente precisa trabalhar para a democratização do esporte e lazer [...]. Já está provado em outros países que não são os megaeventos que vão potencializar a construção de um projeto nacional. Muito pelo contrário, como já foi explicitado por outros colegas de outros países [...] [eles] diminuem o potencial de a gente avançar. (Paulo Capela, 2013)

A realização dos megaeventos no Brasil pode não impulsionar a participação da população em práticas esportivas, primeiro porque as instalações esportivas construídas para os mesmos não são para uso da população e, segundo, pelo fato que quando se fala em potência olímpica, é no sentido da conquista de medalhas e não da ampliação do acesso da população à prática esportiva (BRACHT; ALMEIDA, 2013). Grande parte dos investimentos acaba sendo destinado para a preparação de atletas de alto rendimento em detrimento de investimentos no sentido de incentivar o engajamento da população em práticas esportivas.

Para que haja uma maior participação da população em práticas esportivas, faz-se necessário a oferta de espaços públicos adequados para a prática.

A expectativa maior é que, com políticas de incentivo à prática esportiva [...], aumente o número de praticantes, aumente o número de praças de onde possam ser realizadas as práticas esportivas, que a Olimpíada resulte na construção de novas instalações esportivas. (“Felipe”, 2013)

Algumas ações referentes à construção, ampliação e/ou revitalização da infraestrutura para a prática de atividades físicas e esportivas (ciclovias, parques, praças) por parte da população do Rio de Janeiro foram apresentadas no Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009f) e Cadernos de Legado (BRASIL, 2009b). No entanto, eles não estipulam um orçamento para a infraestrutura voltada para a promoção do esporte destinado ao cidadão comum, ao passo que para a construção da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos e promoção do esporte de rendimento os documentos apresentam um orçamento específico (SOUZA *et al.*, 2015, no prelo).

A existência de centros esportivos públicos também poderia estimular o envolvimento da população com a prática esportiva, bem como contribuir para com o surgimento de novos atletas.

Seria interessante que prefeituras de governos estaduais montassem [...] centros esportivos de prática recreacional, de práticas de lazer esportivas, para cultivar [...] junto à população a ideia de uma prática saudável [...]. Essa ideia de colocar o corpo em movimento vai fazer com que possam surgir depois outros atletas. (José Carlos Marques, 2013)

Sobre essa questão, alguns entrevistados citaram o exemplo dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992.

No que diz respeito principalmente aos esportes e a criação de uma cultura esportiva, os espaços e equipamentos que foram utilizados na Olimpíada foram construídos [...] em toda a cidade. [...] Esses locais todos hoje são centros esportivos municipais [...]. Apesar de eles serem gerenciadas pela iniciativa privada, o controle público é muito forte, exigindo professores formados, equipamentos atualizados, limpeza, manutenção. [...] Era isso então que eu esperava que acontecesse ou que eu espero que se dê, pelo em menos em alguma medida, na cidade do Rio de Janeiro, aquilo que a gente vê acontecendo até agora parece não apontar nessa direção. (“Jorge”, 2013)

Conforme aponta Truño (1995), uma das maiores virtudes de Barcelona 1992 foi que a cidade optou não construir uma vila olímpica centralizada. Ela construiu a infraestrutura em várias regiões da cidade que careciam de

espaços e equipamentos esportivos. Esta infraestrutura foi depois transformada em centros esportivos municipais, que podem ser utilizados por toda a população. No entanto, conforme apontou o entrevistado acima, pelo que tudo indica, o Brasil não aponta em direção à um legado neste sentido.

De modo geral, para que haja uma democratização do acesso à prática esportiva seria necessária tanto a oferta de instalações quanto de condições para a prática, conforme aponta o entrevistado abaixo:

Passa pela escola, mas passa também por uma oferta pública tanto de instalações como de condições esportivas. [...] [Para] tornar um esporte massificado é [preciso] ter condições para isso, condições de oferta mesmo, [...] a não ser o futebol que se joga em qualquer lugar. Então por isso a monocultura do futebol, ela é reforçada, ela é reproduzida. (“Vitor”, 2013)

Para o entrevistado, bem como apontam Souza e Pappous (2013), a promoção de “condições para a prática” significa tanto a disponibilização de espaços e equipamentos, como também de profissionais para orientar as práticas esportivas. O mesmo entrevistado aponta ainda que a oferta de diferentes infraestruturas, equipamentos e materiais para a prática de esportes e de atividade física pode combater a monocultura do futebol, pois a população acaba tendo mais opções de prática corporais. Outras ações por parte do poder público seriam fundamentais e poderiam contribuir para a promoção do aumento da prática esportiva e de atividades físicas por parte da população, principalmente as que são realizadas na rua (ex.: caminhadas e corridas de rua), tais como a melhoria das da segurança pública, iluminação, e das condições das ruas e calçadas.

O entrevistado a seguir foi bastante crítico em relação à falta de planejamento e atitude do Estado no sentido de promover a prática esportiva por parte da população em geral, tendo em vista a realização dos Jogos Rio 2016.

Os legados positivos para o esporte, que poderiam ser a democratização, o acesso às manifestações esportivas voltadas à construção cidadã numa outra perspectiva de trato pedagógico do esporte. Isso não está sequer pautado, isso não está sequer projetado, né? Portanto eu não vejo possibilidade alguma de legado positivo no campo esportivo, no âmbito dessas manifestações [...] que interessam a grande parte da população brasileira (“Marcelo”, 2013)

É preciso reconhecer, no entanto, que houve uma proposta de programa apresentado no Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009d) e no Caderno de Legado Social (BRASIL, 2009b) com relação ao esporte participação: a expansão do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Criado em 2003, o PELC é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e tem o objetivo de

proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos (BRASIL, 2015c).

O PELC é o único programa proposto nos referidos documentos para incentivar a prática esportiva por parte de adultos e idosos (SOUZA *et al.*, 2015, no prelo). Vale ressaltar ainda que, embora os documentos apontem que os Jogos proporcionarão uma promoção de “um estilo de vida saudável”, em nenhum momento eles explicitam o que isto significa e como esta proposição será efetivada (SOUZA *et al.*, 2015, no prelo).

Outros programas e projetos foram propostos e/ou estão sendo desenvolvidos na esfera governamental, mas com foco no esporte escolar, tais como os que apresentamos na seção anterior. Além disso, ressaltamos que, embora o foco desta seção tenha sido no papel do Estado enquanto promotor da cultura esportiva no sentido de oferecer condições concretas para a prática esportiva, os entrevistados também mencionaram a contribuição do mesmo no fomento de uma maior compreensão da população acerca do esporte e do fenômeno esportivo. Isso pôde ser observado nas seções anteriores – mídia e escola –, quando se aponta, por exemplo, a necessidade de o Estado cobrar da televisão aberta o dever de transmitir cinco horas de conteúdo educativo; promover campanhas de formação do torcedor; e contribuir para a definição do papel do esporte na escola.

Com relação às políticas públicas de esporte e lazer, alguns dos entrevistados mencionaram que a existência de projetos esportivos de caráter temporário se constitui em barreira para se atingir legados esportivos positivos

no longo prazo. Eles apontam a necessidade de políticas públicas de longo prazo para se efetivar esta meta.

No Brasil, [estamos] em fase de oferecimento de programas e não de políticas, o que é muito complicado para que você tenha resultados positivos e duradouros. (Heloísa Reis, 2013)

A gente não tem uma política de formação efetiva de massa de uma população praticante de esportes. Os projetos sociais esportivos, por exemplo, [...] são absolutamente precarizados, tanto do ponto de vista material, de instalações [...], quanto do ponto de vista pedagógico, ou seja, das pessoas que estão [...] ensinando efetivamente o esporte [...]. A maioria desses projetos também são projetos com data marcada [...]. (“Vitor”, 2013)

Para que as ações em decorrência dos Jogos sejam significativas e se constituam em legado positivo permanente para a população em geral, é preciso que elas se constituam em políticas de Estado e que estejam em consonância com as demandas da mesma. Para tanto, faz-se necessário que a população participe dos processos de tomada de decisão. No caso dos Jogos Rio 2016, entretanto, não houve uma participação efetiva da população, bem como de outros segmentos da sociedade civil, na construção do projeto olímpico, conforme apontaram alguns dos entrevistados.

Pouca discussão sobre a real necessidade de realizarmos os Jogos dessa natureza, pouca participação de diferentes segmentos da vida pública brasileira [...]. Ou seja, há setores, mesmo da imprensa, [...] da universidade, de instituições científicas, de instituições esportivas, de instituições sociais que sequer são consultadas, que sequer participam, que sequer tem espaço para dizer o que pensam sobre a realização dos Jogos Olímpicos. (“Joaquim”, 2013)

Mascarenhas (2012) aponta que quem está à frente da organização dos Jogos Rio 2016 é o “bloco olímpico”, o qual é composto pelo Estado, organização esportiva e mercado. A participação da população poderia se constituir em um meio de se potencializar legados que a beneficiem.

[Os] legados dependerão muito da cobrança do povo [...] principalmente de quem está no Rio de Janeiro, para que as instalações sejam bem aproveitadas. [...] O que pode garantir são as mobilizações populares. (Heloísa Reis, 2013)

[Há necessidade de] uma articulação popular dos movimentos sociais organizados [...]. Professores, enfim, a sociedade civil de uma maneira geral [...] para que essas estruturas, essas benesses realmente sejam aproveitadas por grande parte da população e não como temos visto recentemente no Rio de Janeiro que sejam

levantadas essas obras, utilizadas durante os jogos e tão logo seja realizado elas sejam entregues a uma iniciativa privada, [...] ou sejam, enfim, abandonadas. (Sérgio Chaves Junior, 2013)

Coakley e Souza (2013) reforçam que a implantação de ações “de cima para baixo”, para a criação de supostos “legados” deve ser substituída por uma prática completamente diferenciada da que tem sido adotada pela maioria das cidades e países hospedeiros. As comunidades locais devem se envolver já no início do processo de planejamento para a candidatura das cidades e/ou países sede no sentido de definir suas prioridades e demandas de construção de legados. Elas devem participar tanto deste planejamento, quanto dos processos de acompanhamento e avaliação da construção dos legados almejados.

Uma possibilidade concreta de participação popular na construção de políticas públicas de esporte e lazer, segundo um dos entrevistados, seria através do envolvimento da população em processos de tomada de decisões em instâncias tais como Conselhos e Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Esporte. Estes fóruns de discussão e decisões são fundamentais para o desenvolvimento do esporte no país. Acreditamos que decisões sobre a possibilidade de se hospedar, ou não, megaeventos esportivos, e sobre as demandas e ações prioritárias para o desenvolvimento do esporte no país, deveriam passar por instâncias como estas.

Em síntese, para que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos possam ter um efeito duradouro é preciso que a população se organize, defina suas prioridades, e participe de todo o processo de planejamento, execução e avaliação das ações propostas. É necessário também que o Estado faça a sua parte desenvolvendo e implementando políticas públicas que atendam as prioridades definidas pelos movimentos sociais organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pesquisadores entrevistados afirmaram inicialmente que não possuem expectativa de que haverá legados esportivos positivos significativos em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Entretanto, eles afirmaram que este momento de preparação e realização dos Jogos poderia ser utilizado para potencializar o desenvolvimento de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país. Para eles, três instituições são fundamentais para a construção desse legado: a mídia, a escola e o Estado.

A mídia poderia contribuir para a promoção de uma compreensão mais ampla e aprofundada acerca do fenômeno esportivo e das modalidades esportivas, bem como para o engajamento em práticas esportivas e de atividade física por parte da população. Entretanto, alguns fatores têm dificultado a construção de um legado nesse sentido, dentre eles: (1) Enfoque em apenas alguns esportes, sobretudo nos mais conhecidos, nos que possuem maiores chances de ganhar medalhas, e nos que estão obtendo resultados positivos. Isso limita a compreensão e o interesse da população pela prática de apenas algumas modalidades. (2) Transmissões superficiais e fragmentadas que formam consumidores acríticos do esporte. (3) Falta de profissionais qualificados para atuar em transmissões esportivas. Para que estas barreiras sejam transpostas, faz-se necessário uma melhor formação e capacitação de jornalistas esportivos, pressão por parte de entidades esportivas para que a mídia transmita conteúdos esportivos educativos e que a mídia trate dos diversos aspectos que envolvem o fenômeno esportivo (políticas, culturais e sociais) e as modalidades esportivas (aspectos técnicos, táticos). Vale destacar que as barreiras mencionadas pelos entrevistados referentes à mídia estão inseridas em uma lógica mais ampla de mercadorização e espetacularização do esporte e que a possibilidade de mudança nessa esfera é pouco provável.

A escola, mais especificamente, a Educação Física e os programas de contraturno poderiam aproveitar a realização dos Jogos Rio 2016 para formar cidadãos conhecedores do fenômeno esportivo, de forma que eles possam se utilizar do esporte em seus momentos de lazer, tanto como espectadores/consumidores críticos quanto como praticantes. De acordo com

os entrevistados, no entanto, alguns fatores podem interferir para com a consecução deste objetivo, tais como: retomada do esporte como conteúdo hegemônico da Educação Física; adoção dos princípios do esporte de alto rendimento no âmbito escolar; percepção do espaço escolar como base da “pirâmide esportiva”. Estudos são necessários para verificar se isto de fato está acontecendo. A principal sugestão para a otimização de um legado para a cultura esportiva em escolares seria a utilização dos conteúdos transmitidos pela mídia para que os mesmos pudessem debater, criticar e ressignificar o esporte enquanto um fenômeno social. Este momento de preparação dos Jogos também poderia ser utilizado pelos professores para a difusão de conhecimentos acerca das diferentes modalidades olímpicas e paralímpicas no âmbito da escola.

As contribuições da mídia e da escola poderiam se constituir em importante meio de incentivo à prática de atividades físicas e esportivas por parte da população. Mas para que os efeitos de iniciativas destas instituições sejam duradouros, o poder público precisa solucionar problemas tais como falta de infraestrutura pública para estas práticas (ex.: parques, praças, ciclovias, ginásios e quadras); falta de materiais e equipamentos; falta de profissionais para orientar as práticas e falta de segurança pública. Estes problemas só serão resolvidos frente à uma política de longo prazo de Estado que ofereça condições concretas para que as pessoas possam de fato se engajar em atividades físicas e esportivas.

As três instâncias produtoras de cultura esportiva enfatizadas pelos entrevistados – a mídia, a escola e o Estado – estão interligadas. Várias das questões levantadas perpassaram por pelo menos duas dessas instituições. A opção por apresentá-las e discuti-las separadamente se deu por fins didáticos. Para que possamos construir uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país estas instituições precisam desenvolver uma relação mais próxima entre si.

Segundo os entrevistados, não há indicativos de que haverá um legado positivo significativo referente à construção de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país em decorrência dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Ou seja, as ações que estão sendo desenvolvidas não são e/ou serão suficientes para promover uma melhor compreensão da

população sobre as diferentes modalidades esportivas e sobre o fenômeno esportivo como um todo ou em suas especificidades, nem para um maior envolvimento do cidadão comum em práticas esportivas. Conforme apontamos anteriormente, a construção de legados esportivos em decorrência de megaeventos esportivos pressupõe um planejamento prévio das ações a serem desenvolvidas para os mesmos de forma a potencializar os seus possíveis impactos.

Mais pesquisas são necessárias a fim de investigar diferentes ações em prol da construção de uma cultura esportiva mais ampla e de melhor qualidade no país frente à preparação e realização de megaeventos esportivos. Ressaltamos, no entanto, que a construção desta cultura deve ser um objetivo a ser almejado e desenvolvido com participação da sociedade civil organizada no cotidiano da nação, e não apenas em tempos de realização destes megaeventos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, A. S. Entrevista concedida à Doralice Lange de Souza, em 07 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4779349Y3>> Acesso em: 11 nov. 2014.

BETTI, M. **Mídia e educação**: análise da relação dos meios de comunicação de massa com a educação física e os esportes. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PEDAGOGIA DO ESPORTE. 1998.

_____. Esporte *na* mídia ou esporte *da* mídia? **Motrivivência**, p. 1-3, 2002.

_____. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 16-27, 2009.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, mai. 2003.

_____. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar. **Em aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/Antigos/D52795.htm> Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983. Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/decreto/Antigos/D88067.htm#art1> Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Senado Federal: Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.793.htm#art26§3> Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. **Caderno de Legado Brasil, este é o país**. 2009a. Disponível em:
<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosBrasil.pdf>>.
Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. **Caderno de Legado Social**. 2009b. Disponível em:
<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>>.
Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. **Caderno de Legado Urbano e Ambiental**. 2009c. Disponível em:
<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosUrbanoAmbiental.pdf>>.
Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. v. 1, 2009d. Disponível em:
<http://www.rio2016.org/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf>.
Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. v. 2, 2009e. Disponível em:
<http://www.rio2016.org/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v2.pdf>.
Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. v. 3, 2009f. Disponível em:
<http://www.rio2016.org/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v3.pdf>.
Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 2013. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7984.htm>
Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de esporte de alto rendimento. **Jogos Escolares da Juventude**. 2015a. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/jogos-escolares-brasileiros/olimpiadas-escolares>> Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Segundo Tempo**. 2015b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>> Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Esporte e Lazer da Cidade**. 2015c. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>> Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Atleta na Escola**. 2015d. Disponível em: <<http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>> Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. **Brasil 2016**. 2015e. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br>>
Acesso em: 10 fev. 2015.

CAPELA, P. R. C. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 03 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4759425H6>>
Acesso em: 06 jan. 2015.

CASTELLANI FILHO, L. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 06 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4762078A6>>
Acesso em: 06 jan. 2015.

CHAVES JUNIOR, S. R. Entrevista concedida à Doralice Lange de Souza, em 07 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778296Y2>>
Acesso em: 11 nov. 2014.

COAKLEY, J.; SOUZA, D. L. Sport megaevents: Can legacies and development be equitable and sustainable? **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 19, n. 3, p. 580-589, jul/set. 2013.

_____. Legados de megaeventos esportivos: que legados são estes e a quem eles se destinam? **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 2015. No prelo.

COALTER, F. Stuck in the Blocks? A Sustainable Sporting Legacy In: VIGOR, A.; MEAN, M.; TIMS, C. (Ed.). **After the Goldrush: a sustainable Olympics for London**. London: Demos, 2004. p. 91-108.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CBCE). **Grupos de trabalhos temáticos**. 2015. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/gtt.php>>
Acesso em: 08 jan. 2015.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DANTAS JUNIOR, H. S. Espetacularização da escola: a Educação Física, o esporte e os megaeventos esportivos. **Em aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 33-44, jan./jun. 2013.

DAOLIO, J. **Educação Física escolar e megaeventos esportivos: desafios e possibilidades**. 2013.

DONNELLY, P. *et al.* Opportunity knocks!: increasing sport participation in Canada as a result of success at the Vancouver Olympics. **Centre for Sport Policy Studies Position Paper Series**, No. 2. Toronto: Centre for Sport Policy Studies, Faculty of Kinesiology and Physical Education, University of Toronto. 2008.

ECO, U. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUNENVALDT, J. T.; KUNZ, E. Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações? **Em aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 19-32, jan./jun. 2013.

GUERRA, M. O legado do jornalismo esportivo após os megaeventos. In: MARQUES, J. C.; MORAIS, O. J. **Esportes na idade média: diversão, informação e educação**. São Paulo: Intercom, 2012. p. 191-206.

HALLAL, P. C. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 06 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776185Z8>> Acesso em: 11 nov. 2014.

HINDSON, A.; GIDLOW, B.; PEEBLES, C. The 'trickle-down' effect of toplevel sport: myth or reality? A case study of the Olympics. **Australian Leisure and Recreation**, v. 4, n. 1, p. 16-24, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 10 set. 2014.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). **Olympic Legacy**. Lausanne, Switzerland, 2012. Disponível em: <http://www.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Legacy/Olympic_Legacy.pdf.pdf> Acesso em: 02 mar. 2015.

LUCENA, R. F. Esporte, Educação Física e escola: como não sucumbir ao gigante esporte em tempos de megaeventos esportivos no Brasil? **Em aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 45-55, jan./jun. 2013.

MACHADO, R. P. T.; RUBIO, K. Legados do Esporte: Atleta, Cultura e Educação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Campinas: Papirus, 2013. p. 69-82.

MALFAS, M.; THEODORAKI, E.; HOULIHAN, B. Impacts of the Olympic Games as mega-events. **Municipal Engineer**, v. 157, n. 3, p. 209-220, set. 2004.

MARCELLINO, N. C. Legados de Megaeventos: abordagem geral. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Campinas: Papirus, 2013. p. 9-18.

MARQUES, J. C. Entrevista concedida à Doralice Lange de Souza, em 06 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723909J6>> Acesso em: 11 nov. 2014.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunamis. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar. 2012.

_____. **Atleta na Escola**. Blog do Fernando Mascarenhas: falando de esporte e política... 2013. Disponível em: <<http://blogdomasca.blogspot.com.br/2013/05/tsunami-escola-entende.html>> Acesso em: 10 jan. 2015.

PAPPOUS, A. Do the Olympic Games lead to a sustainable increase in grassroots sport participation? A secondary analysis of Athens 2004. In: SAVERY, J.; GILBERT, K. (Ed.). **Sustainability and sport: sport and society**. Common Ground: Illinois, 2011. p. 81-89.

PATTON, M. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. Newbury Park: Sage, 1990.

PIRES, G. L. Globalização, cultura esportiva e educação física. **Motrivivência**, Florianópolis, p. 26-43, 1997.

_____. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 9, n. 1, p. 25-34, 1998.

_____. **A Educação Física e o discurso midiático**: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Subsídios para a saúde? 249f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2000.

_____. **Mídia, esporte e ilusão**. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTE E LAZER. Rio de Janeiro, 2006.

_____. O esporte e os meios de comunicação de massa: relações de parceria e tensão. Possibilidades de superação? In: GRUNENVALDT, J. T. *et al.* (Orgs.) **Educação física, esporte e sociedade: temas emergentes**. São Cristóvão: DEF/UFS, 2007.

_____. Entrevista concedida à Doralice Lange de Souza, em 07 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794910A7>> Acesso em: 11 nov. 2014.

PIRES; G. L.; SILVEIRA; J. Esporte educacional... existe? Tarefa e compromisso da Educação Física com o esporte na escola. In: SILVA, M. R. (Org.). **Esporte, Educação, Estado e Sociedade**. Chapecó: Argus, 2007. p. 23-38.

PORTO, E. T. R.; AZZINI, E. P. Jogos Paraolímpicos de 2016: um mundo de possibilidades. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Campinas: Papirus, 2013. p. 241-256.

PREUSS, H. Lasting Effects of Major Sporting Events. **Institute of Sport Science**, Germany, 2006.

PRONI, M. W. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivência**, v. 21, n. 32/33, p. 49-70, jun/dez. 2009.

REIS, H. H. B. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 05 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4766779A2>> Acesso em: 06 jan. 2015.

RIO 2016. **Rio 2016 divulga preços dos ingressos para os Jogos Olímpicos**. 2014. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/noticias/noticias/rio-2016-divulga-precos-dos-ingressos-para-os-jogos-olimpicos>> Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. **Transforma**. 2015. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/educacao/transforma>> Acesso em: 25 fev. 2015.

RUBIO, K. O Legado educativo dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 71-88, 2009.

SILVA, C. L. Legados de Megaeventos Esportivos: perdas e ganhos para a Educação Física Escolar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Campinas: Papirus, 2013. p. 221-240.

SILVA, O. G. T. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4707351D8>> Acesso em: 06 jan. 2015.

SOUZA, D. L.; PAPPOUS, S. Legados esportivos de megaeventos esportivos. **Motrivivência**, v. 25, n. 41, p. 42-56, dez. 2013.

SOUZA, D. L. *et al.* Propostas de legados esportivos em função dos Jogos “Rio 2016”. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2015. No prelo.

SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, v. 22, n. 34, p. 245-255, jun. 2010.

STAREPRAVO, F. A. Entrevista concedida à Suélen Barboza Eiras de Castro, em 07 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4746932Y6>> Acesso em: 11 nov. 2014.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul/set 2011.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TARTARUGA, M. P. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 07 de agosto de 2013.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4764151D0>> Acesso em: 06 jan. 2015.

TAVARES, O. Megaeventos esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul./set. 2011.

_____. Entrevista concedida à Ana Paula Prestes de Souza, em 04 de agosto de 2013.

TRUÑO, E. Barcelona: city of sport. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB. 1995. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp039_eng.pdf> Acesso em: 28 nov. 2014.

UK SPORT. **The inspirational effect of major sporting events**. 2011. Disponível em: <http://www.eventimpacts.com/pdfs/the_inspirational_impact_of_major_sporting_events.pdf> Acesso em: 12 ago. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Jogos Universitários Brasileiros (JUBs)**. 2015. Disponível em: <<http://sites.uem.br/cdr/academicos-da-uem/jogos-universitarios-brasileiros-jubs>> Acesso em: 17 fev. 2015.

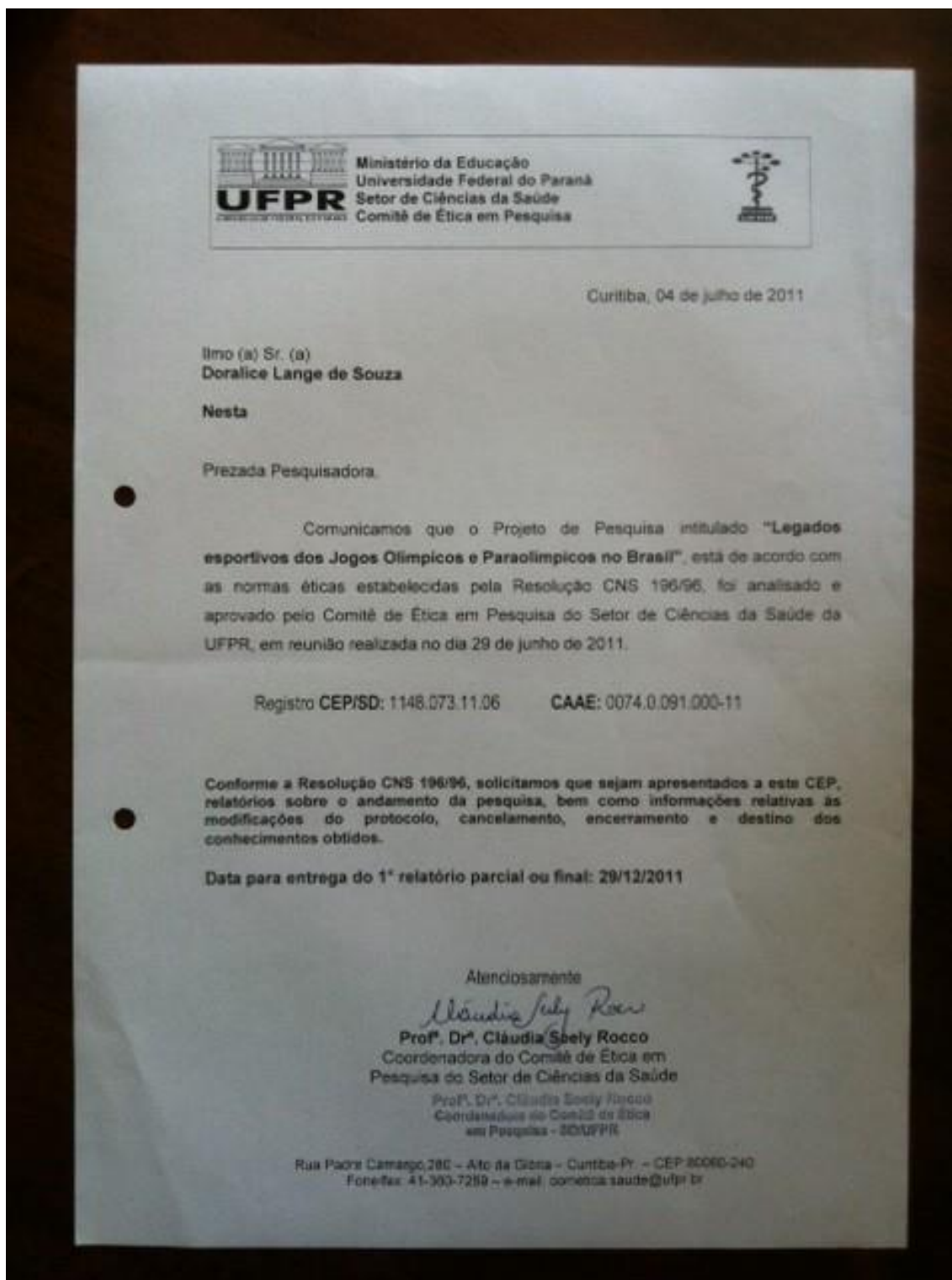
VAZ, A. F.; BASSANI, J. J. Esporte, sociedade, educação: megaeventos esportivos e Educação Física escolar. **Impulso**, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 87-98, jan./abr. 2013.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p. 11-36.

VILLANO, B.; TERRA, R. Definindo a temática de legados de megaeventos esportivos. In: DACOSTA, L. *et al.* (Orgs.) **Legado de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, p. 103-106, 2008.

ANEXOS

Anexo 01



Anexo 02

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos por meio desta solicitar a sua participação em uma pesquisa intitulada “Legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil”. O objetivo geral desta pesquisa é o de investigar os possíveis legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que serão realizados no Rio de Janeiro em 2016, a partir da perspectiva de intelectuais dedicados ao estudo do esporte e do lazer; de gestores de esporte e lazer do Governo Federal e dos governos do Rio de Janeiro e Paraná e das cidades do Rio, Curitiba e municípios do núcleo metropolitano destes grandes centros; e de líderes de organizações esportivas, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Selecionamos o senhor/senhora para participar de nosso estudo pois acreditamos que a sua experiência pode nos ajudar a gerar conhecimentos que podem contribuir para com o planejamento e desenvolvimento de ações que de fato garantam um legado esportivo positivo para o Brasil.

Caso o senhor/senhora concorde em participar da pesquisa, precisaremos entrevista-lo(a). Nesta entrevista, exploraremos, com profundidade, as seguintes questões: (1) Quais as suas expectativas em relação aos legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016? (2) Quais os principais facilitadores e barreiras para a promoção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil e para a efetivação de legados esportivos positivos para o país? (3) Em sua opinião, o que o Brasil deve fazer para promover legados esportivos positivos e minimizar barreiras que podem interferir com a construção destes legados?

A entrevista será realizada em local e horário de sua preferência e durará em torno de 50 a 90 minutos. As entrevistas com todos os participantes, incluindo com o senhor/senhora serão gravadas para que possamos garantir a qualidade das informações levantadas. Tão logo a pesquisa termine, as gravações serão destruídas. As informações coletadas durante as entrevistas serão analisadas pela equipe de pesquisa. No entanto, o seu nome e o nome de outros participantes não serão divulgados. Quando publicarmos os resultados da pesquisa em forma de relatório ou artigos, não divulgaremos o

seu nome ou o nome de outros participantes do estudo. O relatório e outras publicações utilizarão nomes fictícios para que os nomes reais sejam mantidos em sigilo. Informações que eventualmente possam identificá-lo(a) serão omitidas a fim de garantir a sua anonimidade.

O senhor/senhora não terá qualquer despesa com a sua participação na pesquisa e também não receberá qualquer benefício financeiro por participar da mesma.

A pesquisadora responsável pelo projeto, professora Doutora Doralice Lange de Souza pode ser contatada no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná todos os dias da semana, das 7:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, no seguinte endereço : Rua Coração de Maria, 92, BR 116, KM 95, Curitiba, PR. Os telefones para contato são: (41) 3360-4325 e (41) 9911-8714. A pesquisadora se coloca a sua disposição para esclarecer eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa antes e depois do estudo. Também terá acesso a todos os relatórios e publicações referentes à mesma, caso deseje.

A sua autorização para participação no estudo é voluntária. Caso durante algum momento da pesquisa queira desistir de sua participação, o(a) senhor(a) poderá solicitar de volta termo de consentimento livre esclarecido assinado e se retirar do estudo.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa. Entendi que sou livre para participar ou não do estudo e para interromper a minha participação na pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar minha decisão.

Eu concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante do estudo

(identificação)

Local e data:

Assinatura da pesquisadora responsável

Doralice Lange de Souza

Local e data: